

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JAQUES PEREIRA

Movimentos sociais e apropriação do espaço no distrito periférico de Perus

São Paulo

2018

JAQUES PEREIRA

Movimentos sociais e apropriação do espaço no distrito periférico de Perus

Versão Corrigida

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Geógrafo.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof.^a Dr.^a Simone Scifoni

São Paulo

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de chegar até aqui. Tanto no que tange a ingressar em uma universidade pública de qualidade, quanto pelo fato de conseguir finalizar uma das etapas mais desafiadoras mas também, uma das mais importantes da minha graduação.

Agradeço a minha família pelo apoio nos meus estudos, ao meu irmão Jucelino Pereira, a minha mãe Maria Geralda Rocha e ao meu pai Dario Augusto Pereira.

Agradeço a grandes amigos que pude fazer neste tempo, das quais cito alguns que estiveram mais próximos nesses anos de caminhada na universidade: Vinicius Rodrigues, Luís Malaquias, Danilo Bataglin, Luca di Beo, Paulo Agábo, José Wilson Brandão, Douglas Sateles, Gabriel Freitas, Ramon Oliveira, Claudionor Marinho, Maria Luiza Dias, Vanessa Quispe e a minha melhor amiga e namorada Yasmin Ferreira de Araújo.

Agradeço a Simone Scifoni que foi desde sempre muito solícita, desde o primeiro momento que apresentei o projeto, vindo a ser uma articuladora para que pudesse concluí-lo.

Agradeço a todos que estão vinculados a causa de Perus e que demonstraram grande disposição em me ajudar, em especial aqueles que dedicaram tempo para a realização de entrevistas fundamentais para a estruturação deste trabalho, os quais foram: Regina Célia Soares Bortoto, Mário Sergio Bortoto, Thalita Duarte, Jessica Moreira e José Queiroz (Soró).

A todos que de alguma forma estiveram comigo ao longo desses cinco anos agradeço profundamente!!!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tratar de Perus, um distrito localizado a noroeste do município de São Paulo que tem como marca a existência uma fábrica abandonada, a Fábrica de Cimento Portland Perus (a primeira fábrica a produzir cimento em larga escala no Brasil). Diante do abandono desta, ocorre a reivindicação para que aquele espaço da fábrica cumpra uma função social. Destarte, o presente trabalho visa entender como o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus - coletivo formado por lideranças do distrito, estudantes, professores – tem buscado lutar para se apropriar do espaço da Fábrica de Cimento Portland Perus propondo uma nova relação de uso e apropriação com o espaço da fábrica e com o distrito. A pesquisa é composta de um levantamento bibliográfico com autores que trabalharam temas ou questões afins sobre processo de consolidação da fábrica. Além disso, estudou-se acerca movimento operário e o papel destes na história da fábrica e na formação identitária local. Abordou-se também a questão da fábrica sobre o aspecto legal pela análise de documentos que tratam do tombamento e do uso do espaço da fábrica. Também foram realizadas entrevistas com integrantes do Movimento de Reapropriação da Fábrica de forma a entender como esses coletivos tem se articulado em prol da apropriação do espaço da fábrica. E esse engajamento pela luta de seus direitos está muito alicerçado na história e memória operária da fábrica que possibilita a formação de uma identidade comum entre os movimentos sociais de modo que eles se unam em prol de interesses comuns para o bem estar da população local.

Palavras Chaves: Perus; apropriação do espaço; periferia; Fábrica de Cimento Portland; movimentos sociais

ABSTRACT

The present work has the objective of treating Perus, a district located northwest of the municipality of São Paulo that has as its mark the existence of an abandoned factory, the Perus Portland Cement Factory (the first factory to produce large scale cement in Brazil). Faced with the abandonment of this, there is a demand for the factory space to fulfill a social function. The purpose of this paper is to understand how the Movement for the Reuse of the Turf Cement Plant - a collective formed by district leaders, students, teachers - has sought to take ownership of the Portland Turf Cement Factory by proposing a new use and appropriation with the factory space and with the district. The research is composed of a bibliographical survey with authors who worked on themes or related issues about the process of consolidation of the factory. In addition, we study the workers' movement in the factory and their role in the history of the factory and in local identity formation. We also understand the factory issue from a legal point of view by analyzing documents that deal with the tipping and use of factory space. Interviews were also held with members of the Reappropriation Movement of the Plant in order to understand how these collectives have been articulated in favor of the appropriation of the factory space. And this engagement for the struggle of their rights is very much grounded in the history and working memory of the factory makes possible the formation of a common identity among the social movements so that they unite in favor of common interests for the well-being of the local population.

Keywords: Perus; appropriation of space; periphery; Portland Cement Factory; social movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Ortofoto de Perus	8
Figura 2 - Mapa do município de São Paulo	13
Figura 3 - Mapa da Estrada de Ferro Perus Pirapora	16
Figura 4 - Ortofoto da Companhia de Cimento Perus Pirapora, atualmente fechada.....	22
Figura 5 - Aterro Bandeirantes	25
Figura 6 - Rodovia Bandeirantes	25
Figura 7 - Cemitério Dom Bosco	25
Figura 8 - Vala Comum	25
Figura 9 – Território de Interesse e da Paisagem	34
Figura 10 – Ocupação na fábrica	43
Figura 11 - Comunidade Cultural Quilombaque	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
METODOLOGIA.....	11
1. A história da Fábrica de Cimento de Perus	13
1.1 Caracterização da área de estudo.....	13
1.2 A expansão da metrópole e Perus.....	14
1.4 Ferrovia Perus Pirapora	16
1.4. Fatores que condicionaram a formação da fábrica	17
1.4.1 Fatores de ordem política	17
1.4.2 Fatores de ordem geográfica.....	19
1.4.3 Fatores de ordem histórica.....	20
1.5 Impactos local da fábrica	21
1.6 Gestão Abdalla, crise e fechamento	23
1.7 Perus e sua condição periférica	24
2 A Companhia de Cimento Perus e a questão legal	30
2.1 Tombamentos	30
2.2 A fábrica e o Planos Diretores da Cidade.....	32
3 Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus	36
3.1 Os Queixadas.....	36
3.2 O Movimento pela Reapropriação da Fábrica da Fábrica de Cimento Perus.....	40
4. Da luta pela memória a luta ao Direito a Cidade	53
4.1 A memória e a identidade social.....	53
4.2 O direito ao patrimônio e a conscientização política.....	55
4.3 A luta pelo Direito à Cidade	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE	64

INTRODUÇÃO

Pensar Geografia também se trata de pensar como os sujeitos se relacionam com o espaço. E quando nos propomos a refletir sobre esta relação entre o sujeito e a realidade espacial que lhe é inerente é muito interessante pensar esse fenômeno do ponto de vista das periferias. É ali onde muitas vezes os sujeitos estão privados de uma forma ainda dramática da possibilidade de exercerem seus direitos enquanto cidadãos, destituídos uma relação digna de apropriação do espaço e objetos que o compõem. Daí surgir o tema desta pesquisa, analisar uma relação propostas por sujeitos de um dos espaços periféricos de uma das maiores metrópoles do mundo, entendendo como os sujeitos presentes ali tem buscado se apropriar deste espaço. Destarte, falaremos sobre Perus.

Perus é um distrito localizado no extremo noroeste do município de São Paulo. E a compreensão da história desse distrito passa pelo entendimento da Fábrica de Cimento Perus Portland.

Figura 1 - Ortofoto de Perus.



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2018)

Através da fábrica, Perus passa a ter uma importância vital na construção da metrópole paulista, pois é a partir dela que seria produzido a maior parte do cimento responsável por construir grandes equipamentos urbanos de São Paulo (avenidas, pontes, edifícios, etc.).

A ocorrência da fábrica naquele local foi dada pela combinação de variáveis. Há a convergência de fatores de ordens econômicas, políticas, espaciais, ambientais que possibilitaram a emergência da fábrica naquela porção do espaço.

A fábrica funcionou de 1926 até 1987, neste período ela foi marcada não apenas pelo fornecimento de uma produção de cimento muito expressiva para estruturação metrópole, mas também por ter uma história operária altamente efervescente. O movimento sindical ali foi responsável por realizar várias manifestações em prol de melhorias nas condições de trabalho que tiveram impactos para além da esfera local, dentre os quais se destaca a greve dos sete anos, ocorrida entre 1962 – 1969, sendo greve mais longa já registrada na história do Brasil.

Entretanto em função de problemas de produção, a fábrica entra em decadência e é fechada no ano de 1987. O fechamento dela é um dos fatos que vai contribuir para que Perus passe a se caracterizar cada vez mais como um espaço periférico da cidade. Ocorre a redução no oferecimento de oportunidades de emprego para a população visto que a fábrica era um dos principais polos de empregabilidade local. Hoje as principais atividades de Perus se concentram no setor comercial. Somado a isso, há o estabelecimento de equipamentos que marcam ainda mais Perus nas suas condições periféricas (o Aterro Sanitário Bandeirantes, o Cemitério Dom Bosco, a Rodovia Bandeirantes).

Destarte, dentre os problemas no oferecimento de serviços básico como saúde, moradia, questões ambientais que marcam o dia a dia da população de Perus também está presente a questão da precariedade no oferecimento de cultura. Basicamente os dois únicos pontos de cultura oferecidos pelo Estado são a Biblioteca Municipal e o CEU.

Com isso o grande impasse surge. O espaço da fábrica apresenta muitas possibilidades para promoção de cultura, não apenas pela questão do espaço em termos de área, mas também porque ele guarda consigo uma história que até hoje contribui na construção da identidade da população de Perus. A importância histórica da fábrica é tal, que chegou a ser reconhecida como área destinada a ser convertida em um Centro de Memória e Cultura do Trabalhador através de um decreto publicado no ano de 1992.

Em meio a este contexto acreditamos ser válida uma pesquisa que tem como tema a questão da apropriação do espaço urbano através de um estudo que permita uma melhor compreensão de como o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus tem buscado se apropriar do espaço da fábrica (hoje abandonado) entendendo as relações que se estabelecem entre esse patrimônio da cidade e a população local tanto do ponto de vista legal

quanto do ponto de vista cotidiano, bem como a relação que é proposta entre essa população da periferia e o espaço da cidade que lhe é inerente.

No primeiro capítulo, procuraremos discorrer acerca da história da fábrica, entendendo-a desde a sua origem, passando pela consolidação e fechamento. Porém, para isto torna-se necessária a compreensão da constituição do distrito de Perus e sua relação com a metrópole, pois a emergência da fábrica ocorre justamente por esta ser a principal subsidiária de cimento para a metrópole, podendo ser pensada como elo mediador entre o centro e Perus. Analisaremos também o contexto que oportuniza a consolidação da fábrica, abordando os diversos fatores que contribuíram para a consolidação da fábrica naquele local. Por fim, estudaremos o fechamento da fábrica que é um fator que contribui para que Perus seja imerso em uma condição periférica.

No segundo capítulo, entenderemos a questão do espaço da fábrica sobre o aspecto legal. Ou seja, a partir do fechamento da fábrica o que a lei estabelece com relação ao uso daquele espaço. Destarte, passaremos a análise dos documentos e autores que tratam do tombamento da fábrica nos âmbitos municipais e estaduais. Além disso, abordaremos como esta questão está tratada no Plano Diretor do município.

No terceiro capítulo analisaremos a história dos Queixadas e a formação do Movimento de Reapropriação pela Fábrica de Cimento de Perus. De modo a captar como a história operária local é um fato que inspira as novas gerações na luta pelos seus direitos. Diante disso, procuraremos entender como se deu a formação do Movimento de Reapropriação Portland Perus, além de uma análise de entrevistas que realizamos com integrantes do movimento de forma a entender como os coletivos sociais tem lutado e se articulado no estabelecimento de um novo uso do espaço da fábrica.

No quarto capítulo discutiremos como as questões abordadas anteriormente estão vinculadas ao debate do papel da memória na identidade do sujeito. Por fim, pensaremos como essas relações entram no campo da luta pelo direito à cidade, sendo um momento em que a população concebe uma nova relação com o espaço da fábrica e com o distrito, indo para além do que é proposto pela lógica do capital.

METODOLOGIA

A realização da pesquisa ocorreu através de levantamento bibliográfico, consulta dos planos diretores do município, pesquisa documental no Condephaat e no Conpresp, levantamento de material cartográfico e realização de entrevistas.

O levantamento bibliográfico foi feito com base em autores que trabalharam de forma pertinente com o tema ou questões afins. A bibliografia levantada num primeiro momento se dedicou a entender a história da Estrada de Ferro Perus Pirapora e da fábrica, o processo de formação do distrito e sua relação com a metrópole e a características atuais de Perus.

Também foram feitos levantamentos documentais a fim de que pudéssemos tanto ter informações acerca dos tombamentos estadual e municipal e entender como as atuais leis que vigoram sobre o distrito com relação ao espaço da fábrica. Para obtermos as informações oficiais acerca do tombamento tanto no âmbito estadual como municipal realizamos visitas no Condephaat e no Conpresp.

No Condephaat consultamos o Processo n. 21273/1980 de solicitação de tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, como também a Resolução n. 5 de 19 de janeiro de 1987 referente ao tombamento do acervo Estrada de Ferro Perus Pirapora, no Município de São Paulo e a Resolução n. 56, de 13 de dezembro de 2000 referentes ao tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora, no Município de São Paulo.

No Conpresp foi consultado o Processo n. 1989-0.002.597.0 referente à abertura de tombamento da Fábrica de Cimento Portland Perus, bem como foram consultadas a Resolução de n. 27/1992 de 11 setembro 1992 referente ao tombamento de bens de interesse histórico, social, arquitetônico e tecnológico da Quadra 007, Setor 187, localizada no Distrito de Perus e a Resolução n. 19/2004 de 30 de novembro de 2004 referente à revisão do tombamento da Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, localizada na Suprefeitura de Perus, definido pela Resolução n. 27/1992.

Além dos documentos referentes ao tombamento da ferrovia e do conjunto da fábrica consultamos o Plano Diretor da cidade de São Paulo no ano de 2014 – o mais recente – trabalhando com o conceito Território de Interesse e Cultura da Paisagem (TICP) apresentado pelo documento. Analisamos assim, a Seção II do Capítulo IX – Da Política e do Sistema de proteção ao patrimônio arquitetônico e Urbano, no trecho dedicado a discussão sobre o TICP. Foi também feita uma análise do Plano Diretor da Subprefeitura de Perus, redigido no ano de 2004, que aborda com mais detalhes políticas relativas ao distrito que não são especificadas no

Plano Diretor da Cidade, porém que traz elementos que vão inspirar na elaboração do TICP.

Também na construção da pesquisa realizamos entrevistas com sujeitos que estão diretamente envolvidos com essas questões de modo a entender o que eles têm pensado e como eles têm se articulado. Foram realizadas entrevistas com cinco pessoas, sendo estas ligada diretamente a questão da reapropriação do espaço fábrica. São elas: Regina Célia Soares Bortoto, professora e ex-moradora do distrito, expoente da luta pelo processo de reapropriação do espaço da fábrica; Jéssica Moreira, jornalista que é ativista de Perus nas mídias digitais por onde procura exercer um jornalismo comunitário; Thalita Pereira Duarte, arquiteta, atriz e gestora cultural do Grupo Pandora, coletivo de teatro em Perus; Mário Sérgio Bortoto, engenheiro químico aposentado que é uma das lideranças do Movimento de Reapropriação e José Queiroz (Soró) um dos líderes do Quilombaço que é um coletivo que propõe atividades culturais diversas no distrito.

Para a realização das entrevistas elaborou-se roteiros norteadores. Entretanto, cabe afirmar que os roteiros não se basearam em um questionário de perguntas fechadas, mas sim se optou por algumas perguntas norteadoras que ajudaram a guiar os depoimentos e apreender informações que eram mais pertinentes ao foco da pesquisa. Ou seja, foram realizadas entrevistas abertas com algumas perguntas norteadoras. Entretanto, conforme o andamento das entrevistas algumas perguntas não foram feitas explicitamente, mas ficaram implícitas durante a entrevista.

Depois de trabalharmos com a análise das entrevistas, propomos uma reflexão teórica a partir do entendimento que tivemos dessa realidade conflituosa que já nos era conhecida e dos depoimentos dos sujeitos, trabalhando assim com autores e temas que são pertinentes a realidade de Perus. A reflexão seguiu no campo de se estabelecer sobre duas principais linhas de abordagens: o papel da memória na formação da identidade e o direito à cidade e como tais debates estão inseridos na história da fábrica, dos Queixadas e do Movimento pela Reapropriação da Fábrica.

1 A história da Fábrica de Cimento de Perus

Para pensar as questões relacionadas ao processo de apropriação da fábrica por parte da população somos levados a refletir sobre como historicamente se dá esse processo de consolidação da fábrica naquela porção do espaço. Questionando o porquê aquela fábrica está ali e quais as consequências de ela ocupar aquela porção do espaço.

Porém ao dedicarmos a esse aspecto esbarramos no fato de que essa história da fábrica está vinculada com a própria constituição do distrito de Perus e a relação deste com a metrópole. Pois a fábrica será a principal fornecedora de cimento para a metrópole paulista.

Com isso a própria história do distrito está relacionada com a dinâmica da fábrica. De tal forma que, o fechamento desta contribui para que o distrito venha a se conformar como um distrito dormitório, cada vez mais negligenciado pelo Estado com relação ao oferecimento de serviços para a população.

Destarte, a linha de desenvolvimento deste capítulo se pautará em pensar essas relações, a formação da fábrica, o desenvolvimento do distrito e sua relação com a metrópole, o fechamento da fábrica e os problemas que Perus começa a sofrer, tal como sua atual condição. Porém antes de prosseguir nesta análise faremos uma breve caracterização de Perus.

1.1 Caracterização da área de estudo

Perus é um distrito de quase 24km² localizado no extremo noroeste do município de São Paulo. Ele faz divisas com os municípios de Caieiras (à nordeste e leste) e Cajamar (à Noroeste) e os distritos de Jaraguá (á Sul) e Anhanguera (à Oeste).

Figura 2 - Mapa do município de São Paulo.



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2018)

A população do distrito de Perus no ano de 2010 estimada era um pouco mais de 80.000 pessoas, numa área de 57,2 km². Dados indicam que Perus tem grande déficits em relação às condições que são oferecidas para seus moradores com relação a outros distritos da cidade. Por exemplo, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, IDHM, do município, o índice que busca aferir a qualidade de vida pela análise de indicadores relacionados a educação, longevidade e renda Perus, registrava um índice inferior ao da média do município. Para além deste índice, a observação de outros dados e a análise empírica sobre o lugar nos permite ver o quão ainda o distrito é carente relação a oferta de diversos serviços básicos a população local saúde, infraestrutura, moradia.

Perus é assim caracterizada, enquanto periferia do município não apenas em função de sua localização geográfica – pois se localiza no extremo da cidade – mas, muito mais em função do oferecimento precário, ou quando não ausente de serviços que são básicos para que o indivíduo tenha respeitado os seus direitos que lhe se são inerentes como cidadão dada uma omissão por parte do Estado. Porém, a existência deste fato não é um dado natural, mas uma construção que vai se conformando historicamente que analisaremos.

1.2 Expansão da metrópole e Perus

A formação da cidade São Paulo enquanto metrópole de caráter polarizador é um fenômeno longo. Já em meados do século XIX a cidade era organizada de modo que havia uma área central (embrião da metrópole) circundada por chácaras (onde havia grandes fazendeiros) e cinturão caipira (responsável pela plantação de subsistências e extração de matérias primas) (LANGENBUCH, 1971).

Ao longo desse processo do desenvolvimento da cidade, o café tem um papel de grande importância. Sua alta demanda no exterior impulsiona o setor ferroviário.

Em 1867 seria inaugurada a São Paulo Railway, ferrovia que permitiria que o café do interior paulista chegasse até o Porto de Santos e fosse exportado para outros países. O café impulsionaria o setor ferroviário e este por sua vez impulsionaria o desenvolvimento industrial-urbano que consequentemente formaria uma classe operária.

Com a crise do café no início do século XX há um aumento da migração do campo para a cidade, com esta absorvendo os trabalhadores através da indústria. O cinturão caipira seria reorganizado em função do novo mercado real e potencial que se formaria. Instalamos

ampliam-se nestas áreas, atividades visando o aproveitamento dos recursos naturais (extração mineral e vegetal, beneficiamento de matérias primas). Nesta época, alguns distritos e arredores de São Paulo definem uma função, como o próprio distrito de Perus:

“A área compreendida entre Perus e Franco da Rocha (com a estação Juqueri) já assumiu, na época em questão [1875 – 1915], suas principais características funcionais atuais: extrativismo mineral, fabricação de papel, cura psiquiátrica.”
(LANGENBUCH, 1971, p.129)

O emprego fornecido pela indústria e o transporte oferecido pela ferrovia impulsionam a vida de muitos moradores para cidade. A metrópole cresce com a população se espalhando ao longo do território e a ferrovia alcançando esses espaços periféricos recentes.

Inicialmente as áreas menos acidentadas e mais próximas da estação vão sendo ocupadas, tendo por consequência a criação de novos vazios urbanos que aos poucos também vão sendo preenchidos pela expansão urbana, porém esses são espaços mais acidentados e longe do transporte, mas que aparece como único possível para muitos trabalhadores. Desta forma, correlacionados a uma faixa industrial, há também uma faixa suburbana residencial.

Essa faixa suburbana para Langebuch (1971) seria o espaço no qual a população de baixa renda vai habitar e que é de fundamental importância para o entendimento da metrópole. O mesmo as classifica como: subúrbio rural, uma área fornecedora de matéria prima para a metrópole; subúrbios industriais, formados às margens da ferrovia; os subúrbios estação, formados por áreas comerciais e de serviço e os subúrbios dormitórios que abrigam os trabalhadores.

Assim, conforme a cidade se expande a moradia vai se desenvolvendo para os lugares mais afastados. Perus é um desses lugares periféricos. Inicialmente um local que fora usado para paragem de pouso de tropas com características rurais e que com a chegada da ferrovia sofre uma intensa transformação (passando a formar um aglomerado de casas próximos da ferrovia).

Com a vinda da ferrovia e da fábrica de cimento se instaura uma nova lógica no distrito, abandonam-se cada vez seus traços rurais e cresce sua dinâmica relacionada à fábrica. Muitos imigrantes começam a vir para Perus neste período. Durante muito tempo o distrito se torna o principal fornecedor de cimento para cidade.

O distrito de Perus seria assim classificado, segundo Langebuch (1971) em um “subúrbio rural”. Um espaço com menor grau de urbanização do que o centro e que é responsável por suprir a metrópole em algum aspecto primário (alimentação, extração mineral ou vegetal).

1.3 Ferrovia Perus Pirapora

As grandes transformações em Perus têm origem no início do século XX com a construção da Estrada de Ferro Perus Pirapora. Um grupo de empresários formado pela família Mário Tibiriça, Clemente Neidhart e Sylvio Campos solicita a construção de uma ferrovia com bitola de 60 cm que ligaria a Estação Perus à Vila Pirapora (atualmente município de Pirapora do Bom Jesus) alegando como justificativa para a construção da ferrovia o transporte de romeiros ao Santuário de Pirapora do Bom Jesus. O governo concede a estes empresários o direito de construir a ferrovia por meio do Decreto Estadual nº 1.866 de 26 de abril de 1910.

Depois da concessão organiza-se a Companhia Industrial e de Estradas de Ferro Perus Pirapora - CIEFP- com fim de explorar a antiga fábrica de cimento Cal Beneducci. As construções se iniciam no ano de 1911. Porém, quando a obra está em 15 quilômetros de construção, a sua linha é desviada propositalmente para o norte, em direção ao distrito de Gato Preto (área que na época pertencia ao Município de Santana do Parnaíba).

Com isso, “Pirapora” ficaria apenas no nome da Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus-Pirapora (nome que mais tarde seria modificado para Estrada de Ferro Perus Pirapora), pois os trilhos seguiram outro caminho e a Estrada jamais chegaria ao seu destino final. Assim, um ramal era estendido sem concessão legal do Estado e atendendo aos interesses particulares. Destarte, a alegação de transportar romeiros não passava de um subterfúgio para atender outro propósito: a exploração de cal em Gato Preto.

Figura 3 - Mapa da Estrada de Ferro Perus Pirapora.



Fonte: Blog Estrada de Ferro Perus Pirapora (2018)

A linha Perus-Pirapora, é concluída em 1914, agora transportando não só calcário produzido no bairro do Gato Preto, como também operários até a estação de Perus.

E essa extração de cal que acontecia no bairro de Gato Preto pela família dos Beneducci, chamou a atenção dos empresários, pois ali haveria inúmeras oportunidades de negócio na produção cimenteira, uma vez que a cidade de São Paulo estava em pleno crescimento e necessitava de cimento para construção dos grandes equipamentos urbanos.

Assim, com o tempo a ferrovia vai se integrar ao complexo cimenteiro The Brazilian Portland Cement Company (que após absorvida pelo capital nacional passa se chamar Companhia Brasileira de Cimento Portland de Perus – CBCPP) criado legalmente em 1924 e inaugurado em 1926 pela junção entre empresários brasileiros donos da CIEFP com as empresas canadenses Drysdale & Pease. Esse complexo se ocuparia desde a exploração da matéria prima até o transporte do cimento. De modo geral, os donos da Estrada lucravam com a renda de transporte de cal produzido em Gato Preto e uma renda adicional de transporte humano.

1.4 Fatores de que contribuíram para a constituição da fábrica

A Companhia de Perus é a primeira produtora em larga escala de cimento Portland a ter sucesso no país. A compreensão do porquê esse sucesso, advém de uma análise de uma série de fatores que contribuíram para isso. Pois nem todos os locais da cidade estariam aptos a produção desta matéria prima. Não sendo apenas questões relacionadas a localização e composição química que permitiram o avanço do empreendimento, houve a necessidade de consolidação de fatores de outras ordens (políticas, econômicas, históricas) para que o empreendimento obtivesse êxito. Destarte, passemos a compreender como todos esses fatores propiciaram a ocorrência e o sucesso da Companhia de Perus.

1.4.1 Fatores de ordem política

Segundo Siqueira (2001), a criação deste complexo não ocorria por ali ao acaso, mas sim em função de uma gama de fatores que favoreciam a implantação do empreendimento neste local (documentos indicam que os empresários já especulavam uma futura produção cimenteira na área mesmo antes de implantar a ferrovia).

Um desses fatores seria o de cunho político, no enfrentamento da concorrência externa. Isso é constatado por Chávez ao citar um discurso de representantes do setor cimenteiro da época do qual afirmam:

Os favores concedidos pelo governo, como vimos, não eram pequenos e, se não foi o fator mais importante da decisão do investimento aqui no Brasil, temos que considerá-lo como medida fundamental. A concorrência estrangeira era feroz e, por diversas vezes, foi acusada da praticada de *dumping*.² (CHAVEZ, 2012, p. 55)

Para Chávez (2012) a formação da ferrovia está ligada a uma intensificação das relações entre brasileiros e canadenses naquele momento, o presidente da Fábrica de Cimento em Perus, Dr. Sylvio de Campos era deputado federal, sendo um elo entre o capital canadense e a política nacional.

Assim, no ano de 1924 -ano da inauguração da Companhia- era lançado o Decreto nº 16. 755 que apontava alguns incentivos a indústria cimenteira, como a isenção de taxas aduaneiras sobre máquinas para instalação das fabricas; isenção de impostos federais; facilidades para adquirir terras e tarifas especiais para máquinas e matérias primas nas ferrovias, havendo inclusive incentivos de pesquisas para valoração de estudos sobre jazidas de calcário, protagonizados pela própria Universidade de São Paulo (CONPRES, 1989). Entretanto, esses incentivos eram restritos a grandes empreendimentos, favorecendo a formação de monopólios, como no caso de Perus.

Cabe também destacar que além da negociação política com a criação de medidas que favoreciam os grandes empreendimentos do ramo cimenteiro havia outro elemento importante a ser resolvido pela gestão: a alta demanda de eletricidade que o empreendimento necessitava para seu funcionamento e que teve a sua resolução através de uma articulação no setor privado. Pois foram-se construídos ramais via tronco Parnaíba-Jundiá com intuito de gerar uma linha de alta tensão da Tramway Light & Power Company Limited com energia hidrelétrica para suprir o empreendimento. Processo facilitado pelo grau de parentesco entre o presidente da empresa e líder político Sylvio de Campos com seu irmão de Carlos de Campos advogado da Light.

A Light lucraria nesse negócio não só com a geração de energia para a fábrica de cimento, mas a mesma seria uma grande cliente da CBCPP adquirindo grandes quantidades de cimento produzido pelo conjunto fabril a fim de utilizá-lo para construção de suas obras de energia. Assim:

No início da produção, 94% do cimento produzido pela empresa canadense em Perus é adquirido pela canadense Light. Aliás, a interferência da Light nos anos iniciais da produção de cimento parece ter sido decisiva para a consolidação da fábrica. [...] O texto aponta pra interferência decisiva da Light que adotou o uso do cimento na obras hidráulica de Cubatão, o que teria servido como atestado de boa qualidade do produto.” (CHAVEZ, 2012, p. 48) o texto, fez referência ao Seminário apresentado em 1948

que falava sobre dificuldades da fabricação do produto, pois a conquista desse mercado era difícil na época.

Assim, a implantação da fábrica foi condicionada por uma série de articulações nos setores públicos e privados que permitiram criar condições favoráveis para que a fábrica fosse suprida em relação à capacidade de concorrência com o mercado externo e abastecimento energético para a produção.

1.4.2 Fatores de ordem geográfica

Porém, a implantação da fábrica não se resumia à existência de fatores políticos, havia também os condicionantes de natureza geográfica. Primeiro, as condições naturais deveriam ser favoráveis para a produção do cimento, pois ali se localizava a única reserva com composição química ideal, pois o calcário para fabricar cimento deve atender determinadas características que não são presentes em muitas áreas de extração; além disso, havia a necessidade de uma localização próxima ao mercado consumidor, dado que o cimento é uma mercadoria que não é rentável se vendida a grandes distâncias do local onde é extraído e produzido.

Em torno de Gato Preto situa-se a única reserva de calcário para cimento de toda a Grande São Paulo com uma composição química praticamente ideal para a atividade. (...) e a circunstância de que as demais jazidas de calcário na região não são adequadas à indústria cimenteira. (SIQUEIRA, MESTRADO, p.28)

Para Chávez (2012), a localização da fábrica foi o principal fator pelo sucesso do empreendimento. Sendo que esta era essencial não só no que tangia a proximidade com a pedreira onde se produzia o cimento e ao principal polo de compra que era a capital paulista, mas também havia uma proximidade em relação a acesso aos recursos necessários para a existência do conjunto fabril, como o uso de eletricidade, por exemplo.

Não bastaria que o ambiente político e as circunstâncias econômicas fossem favoráveis, afinal, um dos itens fundamentais para a escolha do local para se abrir um empreendimento no ramo do cimento é um fator que depende que natureza. (CHAVEZ, 2012, p.56)

Havia um mercado efetivo em alta que favorecia a produção de cimento em Perus, com este fornecendo o cimento necessário para expansão da metrópole (abertura e ampliação das vias, construção de hidrelétricas, crescimento vertical da cidade, etc).

A fábrica de Perus procurou apresentar-se como a fornecedora de quase todo o cimento utilizado na construção das grandes obras da cidade – como o viaduto do Chá, o túnel e os viadutos da Av. Nove Julho, e a Biblioteca Municipal Mário de Andrade entre outras – e também nas modernas obras de engenharia realizada pela Light na Serra de Santos.” (CONPRESP, 1989, p.97-98)

Desta forma, para Chaves, a localização da fábrica foi o principal fator pelo sucesso do empreendimento, mais inclusive do que os incentivos políticos. A proximidade das pedreiras

com a capital, o litoral e as formas de acesso ao recurso possibilitavam o sucesso do empreendimento.

O novo empreendimento encontrou um local privilegiado para a montagem das instalações de sua fábrica : bem no entrocamento das ferrovias de São Paulo Railway e a Perus- Pirapora , ou seja, próximo ao acesso a toda São Paulo, ao porto de Santos e também ao interior paulista. Acesso facilitado ao mercado, mas também fácil acesso à fontes de combustível, derivado do petróleo, que vinha importado via do porto de Santos.

As vantagens não para por aí, Como se sabe, Perus fica próximo a Santana do Parnaíba, cidade onde se localiza aquela que foi a primeira usina de eletricidade da America Latina, construída pela Light em 1901 para abastecer a cidade de São Paulo: a hidrelétrica Edgar Souza. Dali partiram as linhas de transmissão que iriam atender as necessidade das fábrica de cimento.” (CHAVEZ, 2012, p.59)

Vemos aqui o quão a implantação da fábrica naquele local depende da combinação de fatores de ordem geográfica. A fábrica não se consolidou ali por um acaso, mas porque naquele nesta porção do espaço havia a composição química necessária para produção de cimento Portland e além disso sua localização era próxima do polo consumidor, bem como da ferrovia e de uma empresa produtora de energia elétrica estavam nas suas proximidades, fatores espaciais que tornavam aquele território propicio a existência da fábrica.

1.4.3 Fatores de ordem histórica

Não podemos desvincular o sucesso da fábrica do contexto histórico a qual a mesma estava inserida. Com as Grandes Guerras mundiais houve um impulso do mercado nacional no ramo cimenteiro. Na verdade, com o advento das guerras nesse momento há o surgimento/crescimento de indústrias de base tradicionais como metalurgia e cimento.

Mesmo com a oposição da elite cafeicultora o governo tomou medidas favoráveis ao crescimento industrial, registrando-se o crescimento da indústria nacional pouco depois do pós-guerra.

As indústrias cimenteiras pré - CBCPP não tiveram sucesso, pois tiveram que enfrentar oligopólios estrangeiros já consolidados. O não conhecimento de reservas adequadas, dificuldades técnicas e custo de jazidas davam um poder ao cimento estrangeiro dificultando a oportunidade de crescimento do mercado nacional. Assim, houve tentativas anteriores a Perus que fracassaram em funções de problemas logísticos, técnicos ou de processamento de materiais por causa de seu baixo poder de competitividade com mercado internacional.

Em contrapartida ao enfrentamento dos oligopólios internacionais, a fábrica em função de medidas governamentais e da própria dinâmica do mercado cimenteiro consegue se beneficiar de um traço monopolista vindo a ser durante muito tempo único empreendimento a produzir cimento portland na região da metrópole paulista.

Destarte, a compreensão de todos estes fatores das mais diversas ordens (política, econômica, ambientais, espaciais e históricas) nos ajuda a entender que a existência da fábrica no local não é um dado do acaso. Mas, é a partir da relação de uma série de variáveis que isso possibilitará que a fábrica se instale ali e não em outro local.

Distantes no tempo, percebemos as muitas coincidências que marcam a trajetória entre a montagem da CIEFPP e a criação, cartoze anos depois, da Companhia Brasileira de Cimento Portland. Essa evidência de tantas coincidências de fatos correlatos, apontam para o fato de que toda essa história iniciada em 1910 fora conduzida de forma planejada, consciente desde o seu primeiro momento. [...] O ideal seria, talvez proceder um estudo que relacionasse essas duas vias que tiveram resultados opostos (uma exitosa e outra não), que, seguramente, fazem parte de uma só história, talvez cheia de vínculos.” (CHAVES, 2012, p.49)

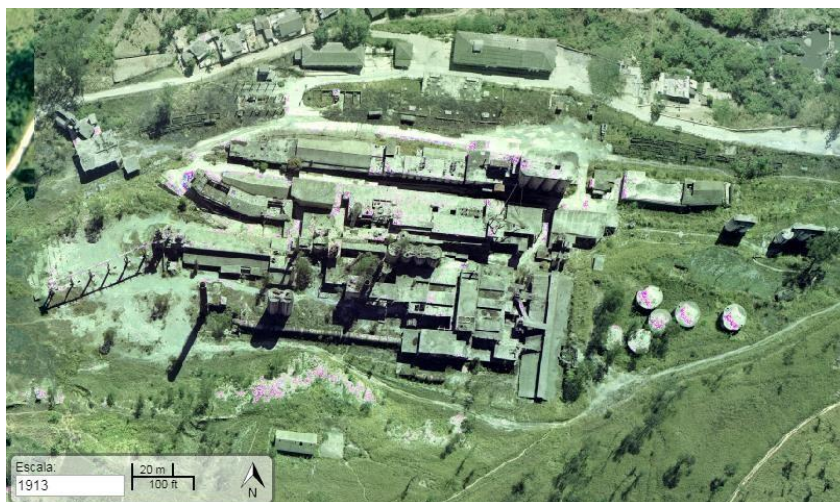
Porém, da mesma forma que uma série de fatores compete para que a fábrica seja implantada ali a sua ocorrência desencadeia em uma série de consequências para o local. A dinâmica da paisagem e das relações é afetada pela existência daquele empreendimento no local.

1.5 Impactos da fábrica

Destarte, em meio a uma conjuntura favorável se formaria, a Companhia Brasileira de Cimento Perus Portland, CBCPP, um complexo industrial, integrado e independente que se voltava para extração, transporte e produção do cimento. E com o passar do tempo mais do que a produção de cimento o complexo ofereceria uma diversidade de serviços para seus trabalhadores.

Embora inicialmente nos perímetros da fábrica não existissem muitas moradias, com o tempo à própria fábrica se empenhou na construção das moradias que estavam implantadas nas vilas: Fábrica, Portland, Triângulo (Nova) além de fornecer assistência médica e eletricidade para vilas. Para a manutenção dos trabalhadores qualificados imprescindíveis para o funcionamento da fábrica, uma das estratégias tomada pela empresa foi o oferecimento de moradias com infra-estrutura a preços simbólicos. Como a fábrica se localizava fora dos perímetros de vilas e cortiços foi necessária a construção das vilas operárias próximas ao local de produção. Foram assim construídas as vilas: Fábrica, Portland, Triângulo (Nova). A organização do espaço era moldada com a vida das pessoas girando em torno da fábrica:

Figura 4 - Ortofoto da Companhia de Cimento Perus Pirapora, atualmente fechada.



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2018).

Toda essa aplicação tinha como intuito permitir a manutenção de mão de obra especializada trabalhando na fábrica. Esse processo acarretou na vinda de muitos imigrantes para a região de Perus, inclusive mão de obra de outros países. Era interessante que apesar da tendência à especialização, os funcionários conheciam parte do processo de produção.

Geralmente, os trabalhadores ficavam muitos anos na fábrica e, além disso, ao longo do seu tempo de trabalho muitos deles trocavam de função, não se especializando em apenas uma função. Assim, os funcionários detinham uma noção do processo de produção, mesmo os mais especializados. Era uma concepção diferente que a fábrica proporcionava para muitos dos trabalhadores.

Nos depoimentos é perceptível a existência de uma certa rotatividade nas funções desempenhadas. A maioria dos trabalhadores passou por diferentes setores durante o período em que ficou na fábrica, que aliás eram bastantes longos. Vários depoentes trabalharam em torno de 30 ou 40 anos de fábrica.

Bastante significativo é que mesmo os que se especializaram em determinada função demonstraram conhecer todo o processo de produção de cimento” (CONPRESP, 1989, p.115(99))

Assim, para os trabalhadores, que viveram nos anos iniciais de existência da fábrica, ela oferecia boas oportunidades. Numa época onde não existiam direitos trabalhistas, apenas leis específicas de trabalho - mas raramente aplicadas - a CBCPP oferecia oportunidades como moradia, assistência médica, cooperativas. De forma que, mais que um local de trabalho onde se garantiria a sobrevivência, havia uma relação de afetividade com o espaço, dado as relações que se estabeleciam nele:

A vila Triângulo é uma imagem forte para os ex- trabalhadores da fábrica de cimento Portland Perus, até mesmo para quem não morou. Havia uma estreita relação entre a fábrica e a vila que caracterizava como um espaço de convivência para os

trabalhadores que expressam vínculos afetivos intensos com o local. (CONPRESP, 1989, p.110)

Entretanto apesar das oportunidades sempre houve uma luta cotidiana dos trabalhadores. Ou seja, os funcionários lutavam contra a dominação e controle que era se imposta no dia a dia.

“Alguns depoimentos permitiram também perceber as inúmeras tentativas de controle do trabalho desenvolvidas seja através de funções específicas, tais como encarregados ou chefias, ou na instalação de maquinários que exigiam a presença e atenção constantes do trabalhador. No entanto, esses mesmos depoimentos deixam entrever atitudes que burlavam as iniciativas da empresa, resistindo a esse controle.” (CONPRESP, 1989, p.117)

E essa questão dos conflitos entre operários e gestão vai ganhar força na gestão Abdalla.

1.6 Gestão Abdalla, crise e fechamento

Em 1951, José João Abdalla passa ser sócio majoritário do complexo cimenteiro adquirindo ações sobre a fábrica, a ferrovia, as pedreiras e o Sítio Santa Fé que até então pertenciam a gestão de empresários canadenses.

A gestão Abdalla é marcada por um histórico de greves. A mais famosa iria durar sete anos, ocorrendo entre os anos de 1962 a 1969. Abdalla enfrentaria grande resistência por parte dos operários que o denominavam o “mau patrão”. Sua gestão também seria assinalada por uma decadência econômica. O empresário acumulava, dívidas com os funcionários. Essa classe sindical da fábrica de Perus que enfrentava as pressões de Abdalla passa a ser apelidada a partir das greves de “Queixadas”, (em referência ao nome de um porco do mato que ao encontrar um predador, se une em bando para enfrentá-lo).

Das questões de um possível vínculo entre as greves e a crise na fábrica Siqueira, defende que não há relação direta entre esses dois momentos. Concluindo isso quando verifica que o pico das greves não corresponde ao colapso de produção que é entre 1975 a 1980 quando já tinham terminado a greves.

Segundo o autor o problema da crise ocorreu em função de elevados custos marginais para manutenção da produção entre 1968-1975. Com isso, as medidas de rebaixamento dos preços estavam relacionadas muito mais ao mercado do que a política.

“Podemos, portanto, concluir que a Companhia Portland Perus foi vítima de um efeito em tesoura provocado, de um lado, pela queda progressiva, primeiro de suas taxas, depois de suas margens brutas de lucro; e, por outro, pelos progressos das concorrentes em todos os aspectos importantes em 1967-1980 que não poderia acompanhar em função de seu atraso tecnológico e das limitações de suas reservas básicas de matéria-prima.” (SIQUEIRA, 2001, p 129)

Em 1973 a Justiça do Trabalho penhora a fábrica por causa dos salários atrasados. No mesmo ano a ferrovia e a mineração são confiscadas pelo governo federal em razão de dívidas.

O Sítio Santa Fé é negociado com a Prefeitura de São Paulo e mais tarde, parte é transformado no Parque Anhanguera e outra parte se torna o Aterro Sanitário Bandeirantes.

Depois do confisco da fábrica, ferrovia, pedreiras e o Sítio Santa Fé no ano de 1973, o complexo é posto à venda pelo governo, onde mais tarde seria readquirido pelo próprio Grupo Abdalla -agora liderado por Toninho Abdalla, sobrinho do falecido J. J. Abdalla - em parceria com o grupo Choffi. Quando assumida por Toninho, a indústria já não só, deixara de ser competitiva, mas estava falida. No ano de 1983, Toninho desativa estrada de ferro e minas de calcário, reduzindo a fábrica a moer clínquer produzido pela fábrica Cimento Santa Rita. Em 1987, a CBCPP é fechada como permanece até hoje.

1.7 Perus e sua condição periférica

Dentro desse processo, em que a fábrica é um dado fundamental para constituição do distrito, passemos a entender como o processo de fechamento da fábrica influencia na dinâmica daquele espaço. O declínio, já ocorrendo por volta da década de 1960 e posterior fechamento da fábrica em 1987 contribui para que o distrito se torne um espaço destinado a ser local de moradia para seus habitantes, onde grande parte da população apenas dorme no distrito, porém trabalha fora.

“A partir dos anos de 1950 e 1960 a cidade de São Paulo passa a se destacar no cenário nacional como grande centro econômico e industrial, e Perus torna-se assim um forte núcleo residencial, cuja mão-de-obra excedente passou a procurar trabalho em outros locais da capital, dando à localidade novas características, dentre elas inicia-se uma forte concentração populacional caracterizando-o como “bairro dormitório”. (BEZERRA, 2011, p.14)

A década de 1970 demarca um importante momento da ocorrência das transformações do distrito e sua consolidação enquanto periferia. No contexto geral, durante a década de 1970 há um processo de desconcentração industrial da cidade, com a metrópole concentrando atividades terciárias (ligadas à gestão, mercados financeiro e imobiliário) redirecionando muitas indústrias de vários segmentos para locais mais afastados. Nesta década a fábrica de cimento começa a sofrer uma decadência na produção e começa a ter crises ficando bem próxima do seu fechamento. Além disso, neste período são trazidas sobre aquele distrito uma série de empreendimentos que desvalorizam ainda mais o local (o Aterro Sanitário, o Cemitério Dom Bosco e a Rodovia Bandeirantes) reforçando seu caráter periférico (BEZERRA, 2017)

Esse processo de periferização pode ser constatado com a chegada de alguns serviços de certa maneira indesejáveis para os moradores para os que da localidade, mas cuja presença denota a condição periférica do distrito, são eles: O Cemitério Municipal Dom Bosco criado na década de 1970, destinado a receber dorpos não identificados,

e o Aterro Sanitário Bandeirantes criado na década de 1980 e que por anos grande parte do lixo coletado na cidade de São Paulo (BEZERRA, 2017, p.45)

A década de 1970 consolidou Perus ainda mais como periferia da metrópole com a instalação no distrito de alguns elementos que podem ser considerados “indesejados do ponto de vista dos habitantes do lugar: o Caso o Cemitério Dom Bosco, a Rodovia dos Bandeirantes e aterro Sanitário Bandeirantes. Tais elementos desvalorizaram ainda mais Perus intensificando seu caráter periférico e produzindo um espaço ainda mais segregado em relação ao centro econômico, como sera melhor explorado adiante. (BEZERRA, 2017, p.32)

Figura 5 - Aterro Bandeirantes.



Fonte: Prefeitura (2012)

Figura 7 - Rodovia Bandeirantes



Fonte: Estadão (2018)

Figura 8 – Vala Comum



Fonte: Folha (2014)

A construção da Rodovia Bandeirantes levou a desapropriação de vários moradores do distrito que não tinham título da propriedade do local onde moravam. Cerca de metade dos moradores da Vila Inácio e um terço do Jardim Russo (vilas de Perus) foram desapropriados. (PREFEITURA, 2008). Porém, a expansão da favelização neste local não é apenas produto da ocupação das margens das rodovias pela população desapropriada daquele distrito, de um modo geral, a implantação das rodovias Anhanguera e Bandeirantes gerou desapropriação de pessoas das mais diversas localidades da cidade, contribuindo para a formação de favelas. (BEZERRA, 2017).

“Sobre a Rodovia dos Bandeirantes, inaugurada em 1973, é importante lembrar que a sua instalação influenciou diretamente na vida dos moradores do distrito, pois resultou na desapropriação na casa de centenas de moradores, muitos dos quais sem título de propriedade. O fato resultou no surgimento das primeiras favelas em Perus, nas imediações da própria ferrovia.” (BEZERRA, 2017. p. 45)

Ainda a década de 1990 marca um importante momento com relação à formação urbana das áreas mais marginalizadas. Nessa década, após chuvas fortes, ocorre o deslizamento de encostas na área de Brasilândia, com muitos moradores de lá perdendo suas casas e sendo transferidos para se realocaram em Perus, dos quais muitos passam a morar em uma vila chamada Recanto dos Humildes. (BEZERRA, 2017). Nascendo sem infra-estrutura adequada o Recanto dos Humildes se estabelece como uma vila para a população de baixa renda. Tal vila é a mais pobre de todo o distrito, abrigando uma população excluída das possibilidades de se apropriarem do espaço da cidade.

“O Recanto dos Humildes constitui hoje a maior [vila do] bairro de Perus, e, nunca é demais dizer, que a qualidade de vida daquela população é extremamente precária. Na mesma direção dos acontecimentos com os moradores do Jardim Panameicano ou o Recanto dos Humildes, as proposições, atualmente reiterativas sobre as possibilidades de melhorar a qualidade ambiental, excluiu parte da população que já ocupava áreas destinadas ao parque. Sem um plano prévio para realocação de pessoas, são destinadas a áreas de lazer como quadras, playground, passeio e outros equipamentos de lazer.” (BEZERRA, 2017, p.47)

Nesse processo há um importante peso do poder público, que se mostrou isento de agir em meio à formação do Recanto dos Humildes não implementado medidas efetivas que garantisse uma qualidade mínima de vida para população, permitiu assim, que no local se consolidassem moradias destituídas dos serviços mais básicos.

É importante dizer que não são levadas em consideração as degradações que o próprio poder público fez surgir, fazendo vistas grossas em relação a todo o processo que fez como que o Recanto dos Humildes tomasse à proporção que tomou, principalmente quando não agiu quando deveria ao ver que muitas famílias estavam chegando na localidade sem as menores condições para construírem moradias apropriadas. (BEZERRA, 2017, p.48)

Destarte, Perus se conforma enquanto um distrito periférico apresentando vários problemas comuns na periferia, como: déficit nos transportes, falta de oportunidades de emprego, precariedade oferecimento de serviços de saúde, etc.

Assim, Perus é um distrito que representa o típico processo de transformação presente de muitos espaços no município de São Paulo. Inicialmente Perus é um distrito usado para paragem de pouso de tropas com características rurais; com a chegada da ferrovia há uma intensa transformação da paisagem com a formação de um aglomerado de casas nas proximidades da ferrovia e a constituição daquilo que Langebuch denomina povoado-estação; não muito depois com a vinda da fábrica de cimento se instaura uma nova lógica no distrito, abandonando-se cada vez mais seu traçado rural e tendo uma dinâmica relacionada com a

fábrica. (ALMEIDA, 2011). Com o fechamento da fábrica, Perus fica marcado como um distrito dormitório responsável por abrigar a classe trabalhadora.

Inserido nesse contexto, Perus seguiu a lógica de reprodução do urbano em seus diferentes momentos: inicialmente como bairro industrial da crescente cidade, e depois, já como periferia da metrópole, passa a receber um grande contingente de trabalhadores migrantes destinados como reserva de mão de obra, servindo como bairro dormitório, lugar de moradia da classe trabalhadora que diariamente rumam em direção a cidade para cumprir seu expediente de trabalho. A configuração, desse modo, como lugar de loteamentos irregulares em áreas de risco, com problemas de violência, escassez de recursos etc.” (BEZERRA, 2017, p.51)

O que queremos enfatizar nesse processo é a relação do bairro com o próprio desenvolvimento da metrópole. O desenvolvimento da metrópole paulistana está intimamente ligado com a formação da periferia como afirma o próprio Langebuch. Perus é assim organizado em torno da dinâmica da própria metrópole se tornando um local periférico da qual suas funções foram mudando ao longo do tempo, sendo que hoje ele é caracterizado por ser um “distrito-dormitório” de periferia, imerso em vários problemas de infraestrutura (violência, saneamento, saúde, etc.).

A modernização vivida pela cidade de São Paulo evidente no decorrer do século XX foi remodelando a cidade de acordo com seus pressupostos urbano-industriais, construindo, dessa maneira, a metrópole paulista. Inserido nessa dinâmica, Perus acabou se tornando um típico bairro periférico, com todos os problemas característicos de tais áreas como falta de moradia para a grande parcela de migrantes vindo em busca de trabalho, altos índices de violência, problemas relacionados ao saneamento básico, a educação e a saúde pública. (BEZERRA, 2011, p.3)

Destarte, sem grandes indústrias, o distrito não conseguiu suprir toda a população com emprego e dessa forma, muitos de seus moradores trabalham em outros lugares hoje, com Perus voltando-se para ser um local de moradia do trabalhador. Somada a esse caráter, o distrito está imerso em uma série de problemas que permeiam o seu cotidiano, como o desemprego, a violência, o tráfico, a saúde, etc.

Em relação à economia interna, a principal forma de movimentação de renda é o comércio. Havendo tanto um comércio tradicional (representante de uma elite local tradicional) como a presença de grandes redes de comércio que se instalam por volta dos anos 2000. Assim, Perus:

Possui um comércio tradicional, com algumas mercearias, lojas, restaurantes e mercados nas mãos de antigos moradores do bairro, moradores estes que compunham uma elite local; mas atualmente também são encontradas lojas ligadas a grandes redes comerciais como Casas Bahia, Lojas Cem, Boticário, Magazine Luiza; tais lojas se instalaram no bairro nos últimos 10 anos, ou seja, esses símbolos clássicos da modernização de uma cidade grande estão chegando somente agora no bairro e integrando-o ao circuito comercial da grande metrópole. (BEZERRA, 2011, p. 10)

Assim, permeia esse traço da existência de uma classe trabalhadora de baixa renda na qual a grande maioria precisa migrar para outros lugares, a fim de poder trabalhar e garantir sua subsistência. E essa característica se consolida ainda mais com o fechamento da fábrica em

1987, pois a principal forma de empregabilidade dos trabalhadores da região cessa. Deste modo, o distrito se consolida muito mais como um local onde se mora do que onde se trabalha.

Nas últimas décadas, esse processo se acentua, transformando Perus num 'bairro dormitório'. Esta situação se agravou com as primeiras greves e demissões ocorridas na fábrica de cimento de Perus e com sua desativação total em 1983. Nenhuma outra grande indústria ali foi implantada, o comércio gira principalmente em torno da população local e a atividade agrícola é escassa. [...]

A população não abandona o bairro, ainda que tenha que percorrer diariamente vários quilômetros e acordar muito cedo para trabalhar em outros bairros ou municípios. A ocupação residencial de baixa renda se intensifica. (CONPRESP, 1989, p.138)

De forma que, atualmente, o principal meio de transporte que liga o distrito ao centro da cidade – permitindo dentre outras coisas que estes possam exercer atividades remuneradas fora do distrito- é o trem. Ao redor da estação se concentram demais transportes (ônibus, taxi) e as principais ruas comerciais.

Destarte, entendemos Perus enquanto periferia, não apenas pela sua condição geográfica de distância com relação ao centro, mas pela ausência ou precariedade de equipamentos e serviços básicos que a caracterizam como um local periférico, com precarização de serviços e condições de apropriação do espaço da cidade. Assim, Bezerra afirma: “Consideramos que as características da localidade até aqui apresentadas mostram o quanto Perus foi produzido por parte da periferia metropolitana, comportando elementos de desvalorização do lugar. ” (BEZERRA, 2017, p.48)

Somada a esse caráter o distrito está imerso em uma série de problemas que permeiam o seu cotidiano, problemas relacionados às condições de vida como violência, tráfico, saúde e mesmo nas relações sociais cotidianas.

O tráfico e a violência marcam o cotidiano do bairro, com mais intensidade nos lugares de ocupação mais recente, pois são nessas localidades que temos a população mais carente. Houve uma total ruptura das relações, não existe mais a vida comunitária, as pessoas passaram a viver de forma mais individual, sem relações mais efetivas e um enraizamento com o lugar. [...] Hoje devido à intensa periferação, a população vive com a falta de infraestrutura, saúde, segurança etc., é uma nova forma de viver ligada muito mais com as necessidades da metrópole, deixando de lado a sua história e vivência da população, restando apenas a memória dos mais velhos como forma de resgate do seu processo de formação. (ALMEIDA, 2011, p. 31)

Desta relação estabelecida entre metrópole e periferia, ocorre um processo de reprodução desigual e contraditória do capital que se reflete nas relações sociais e no próprio modo como o espaço é conformado. Enquanto há um elemento que centraliza esse processo, há em contrapartida aqueles que são explorados. Enquanto o centro de São Paulo se torna cada vez mais referência do ponto de vista econômico a população da periferia passa cada vez mais a ser explorada. Isso pode ser pensando tanto em relação aos sujeitos (capitalista x trabalhador), mas também com relação aos espaços, com espaços que polarizam enquanto outros são explorados.

Porém o que devemos ressaltar é que esse não é um processo passivo, os explorados não simplesmente aceitam a dominação, mas sim apresentam resistências frente a aquilo que se está posto.

Esse movimento contraditório é parte integrante da lógica capitalista, pois para que certa parcela da sociedade cresça economicamente, outra deve ser explorada e, portanto excluída sócio-espacialmente no contexto urbano. Essas permanências podem se transformar em movimentos de resistência ao domínio da lógica posta, pois aparecem como resíduos que permanecem irredutíveis a transformação da realidade posta. (BEZERRA, 2011, p. 23)

E apesar de todo contexto que tende a periferização daquela porção do espaço a população local luta para que o espaço seja apropriado pelos próprios moradores e estes não venham a se marginalizados mas possam viver os direitos que lhe são inerentes.

Dentre todos esses direitos negados entram a cultura e a memória. Disto a população se organiza em prol da reivindicação do exercício de tal direito, através do Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus Portland que luta pelo reconhecimento da memória operária da fábrica e que o espaço da fábrica, hoje abandonado, seja usado para fins de cunho cultural.

2 A Companhia de Cimento de Perus e a questão legal

Pudemos entender que a fábrica possui uma importância na história nacional. A primeira fábrica a produzir cimento em larga escala no país, a existência de um grupo operário que protagonizou greve mais longa já ocorrida na história do nosso país, a relação com uma das últimas ferrovias de bitola estreita, etc. Enfim, a fábrica traz uma carga histórica muito importante.

De tal forma que seu fechamento levou a mobilização de alguns agentes do estado mais conscientizados, mas sobretudo da população engajada ao reconhecimento da importância da fábrica do ponto de vista legal. Por isto, fechamento da fábrica em 1987 não provoca o fim das lutas relativas à fábrica, anteriormente protagonizados pelos seus operários, mas sim compõem uma nova luta que se inicia. Uma luta em que o que agora está em discussão não são mais os direitos trabalhistas como remuneração ou jornada de trabalho, mas um outro direito, um direito que tange a memória de Perus.

2.1 Tombamentos

A fábrica fecha no ano de 1987. Este é um período marcado por intensas alterações urbanas com uma forte expansão industrial que, colocava em xeque a proteção dos patrimônios, muitos passavam a ser deteriorados e capturados por esta expansão vindo a ter sua importância histórica negada e se transformando em um espaço destinado a rentabilidade do capital

De certa forma isso também ocorre com a ferrovia e seus componentes que aos poucos começa a sofrer com a deterioração. Porém, especificamente no seu caso, justamente essa deterioração é fator que impulsiona o pedido de tombamento da ferrovia Perus Pirapora pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF)¹. Essa associação encaminha o pedido de tombamento da ferrovia ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico² (Condephaat) baseando-se principalmente na alegação da importância da ferrovia para a memória da população local e manutenção daquele espaço a partir de um entendimento do patrimônio e sua função social e o quanto esse corria risco de ser alterado ou mesmo destruído com o processo de modernização urbana que emergia.

¹ A Associação Brasileira de Preservação Ferroviária é uma entidade civil fundada em 1977 pelo francês Patrick Henri Ferdinand Dollinger, voltada para a preservação do patrimônio histórico ferroviário brasileiro.

² O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico é o órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo criado pela Lei Estadual 10.247 de 22 de outubro de 1968 que tem como função identificar, proteger e preservar os bens móveis e imóveis do patrimônio histórico, arqueológico, artístico, turístico, cultural e ambiental do Estado de São Paulo.

Na época do tombamento estadual, havia o restabelecimento da democracia, além de mudanças conceituais que ocorriam tanto a nível mundial (isso é presente na publicação da Carta de Veneza em 1964 com a concepção de patrimônio enquanto objeto histórico isolado, sendo superada para alcançar uma noção mais ampla, onde elementos relativos à memória e identidade seriam inseridos na conceituação do patrimônio) quanto interna, com relação ao próprio órgão (JERONYMO, 2016).

Os critérios de tombamento usados no pedido da ABPF se basearam no interesse histórico, na excepcionalidade e na autenticidade do bem. Sendo assim, com desuso da bitola de 60 cm há a interrupção da fabricação de material rodante para este tipo de estrada, fechando-se muitas ferrovias que usavam bitolas dessa medida. Com isso, os proprietários desta ferrovia, passam a adquirir um acervo diversificado de segunda mão com uma maior variação, lugares, peças e estilos para EFPF. Para a ABPF a ferrovia é uma representante de um momento histórico específico da história como o último remanescente de uma bitola estreita e como uma reunião de uma amostragem diversa.

A ABPF também utilizou dois outros argumentos. Um ressaltava o uso turístico do patrimônio com a necessidade de proteger a fábrica da expansão urbana assegurando áreas de lazer a população e o outro estava relacionado a fatos de cunho ambiental.

Depois de todo o debate, a Estrada de Ferro Perus Pirapora é tombada de acordo com a Resolução nº 05 de 19 de janeiro de 1987 pelo Condephaat, tal como também é tombado o material rodante e as instalações.

Além do tombamento estadual realizado no ano de 1987 há também o processo de abertura do tombamento municipal CBCPP oriundo do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp)³. Esse pedido ocorre na gestão da prefeita Luisa Erundina, que tinha como diretriz básica da Secretaria Municipal de Cultura a “cidadania cultural”. A diretriz surge do desenvolvimento do trabalho do Departamento do Patrimônio Histórico com acompanhamento da secretária de cultura Marilena Chauí na demanda de uma política cultural que pensava a cultura como direito do indivíduo com propostas que valorizam a memória do cidadão.

³ O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo foi criado sob a Lei nº 10.032, no dia 27 de setembro de 1985, sendo um órgão colegiado de assessoramento cultural ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura sendo apoiado pelo corpo técnico do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH). É o órgão responsável pelo tombamento de bens culturais, naturais e históricos na cidade de São Paulo, visando à sua preservação de acordo com valores culturais, históricos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos, entre outros

Com isto, em 1989, após vistoria realizada em 29 de junho tem-se a abertura da resolução do Tombamento da Fábrica na preservação da Estrada de Ferro e da Vila Triângulo pela Administração Regional de Perus compreendendo a Quadra 007 do Setor 187 que abrangia a preservação dos edifícios e instalações da área de produção, as Vilas Triângulo, Portland (Nova) e Fábrica, residência da administração e assistência técnica médica, caminhos e ruas d interior da áreas, o traçado do Córrego, o edifício do Sindicato dos Trabalhadores e instalações e edificações da EEFFP, através do “ex officio” incorporando ao estadual todos esses elementos.

Essa proposição que veio da Administração Regional estava apoiada pelos trabalhadores da ABPF que também defendia a existência de equipamentos culturais no local dado à carência destes equipamentos na área, além disto o relatório valorizava o movimento operário e a história das lutas fabris (JERONYMO, 2016).

O projeto seria muito mais que um reconhecimento do valor histórico da ferrovia e da fábrica. Mas iria propor que a população se apropriasse deste espaço e da sua história. Com isso, no último ano da gestão da Prefeita Luisa Erundina é lançado o Decreto de Declaração de Utilidade Pública nº 31805/92 de 27 de junho de 1992 que propunha a desapropriação judicial da fábrica com a implantação de um Centro de Cultural Operária. Porém, o processo não avançou nas demais gestões municipais ficando estagnado.

E embora o tombamento traga como benefício a proteção do bem contra intervenções não legais e consequentemente proteção de danos, na prática nem sempre isso é o que o ocorre. Nos documentos da Conpresp e do Condephaat fica expresso que apesar dos tombamentos eram frequentes muitas mutilações e demolições dos bens tombados. Havia inclusive a denúncia de negligencia por parte dos donos a empresa frente a esses ataques. Além disso, a valorização do bem não se restringe a sua manutenção física, há também o trabalho por meio de fontes escritas. Nos casos em questão, havia uma resistência por parte da empresa a contribuir no fornecimento de documentos. As denúncias mais graves apontavam que na verdade o que houvera era uma “facilitação” da empresa para que estragos e danos acontecessem na fábrica. Somada a isso existia o impedimento de que funcionários do órgão vistoriassem a área (CONPRES, 1989).

“Tendo e vista o prazo que estamos demandando para a devida instrução final deste processo de tombamento e considerado os motivos apontados pelo Sr. Chefe da STCT da folha nº76/76v, solicitamos notificar os proprietários da área, sobre as dificuldades que vimos enfrentado e pedir que nos propiciem fácil acesso a local e se possível que nos forneçam as plantas cadastrais da área, caso contrário o atendimento desse processo demandará um prazo maior” (CONPRES, 1989, p.77, grifos nossos)

Tal fato corrobora com a tese de Jeronymo (2016) na qual a autora defende que o bem tombado é um objeto de conflito entre interesses de diferentes indivíduos e/ou grupos, com isso a instauração do tombamento pode ao invés de proteger o bem que está se querendo tomar,

contribuir para que processos de depredação sobre este se intensifiquem, pois aqueles que são contra esse tombamento procuram acelerar os processos de depredação a fim de que o bem não esteja em condições favoráveis de ser tombado pelas perdas que sua composição original viria a sofrer.

2.2 A fábrica e o Plano Diretor da Cidade

No âmbito legal, além dos tombamentos estaduais e municipais também se inserem dentro do debate leis de âmbito municipal. Uma delas é o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus, elaborado no ano de 2004 enquanto forma de articulação e complementação do Plano Diretor da cidade.

Esse documento propõe como uma das políticas de desenvolvimento da regional de Perus a inclusão do direito à Cidade, neste caso, a defesa do direito a uma série de serviços como moradia, infra-estrutura, transporte público, serviços e lazer a população.

O artigo número 13 do Título do Plano Urbanístico relata sobre a criação de um Corredor Cultural que compreenderia atividades de lazer, turismo e cultura, em diferentes espaços da cidade interligados de modo a formar um Corredor Cultural. Fariam parte desse Corredor o CEU de Perus, a Praça Inácia Dias (ambiente dedicado a manifestações e eventos) e a Fábrica de Cimento Portland Perus que se integraria com a EFPP permitindo atividades voltadas ao turismo ambiental. Com isso, vemos que o próprio documento de orientação de planejamento do distrito valoriza a criação de ambientes focados na área de lazer e turismo, embora o que se vê na prática é a presença pouco expressiva de áreas culturais no distrito.

Outro instrumento importante nesse documento é a inclusão do conceito de Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC). A ZEPEC é considerada uma unidade preservada em nível do patrimônio cultural, tendo sua preservação protegida legalmente, tendo dentre outros objetivos um projeto de utilização, recuperação e restauração das instalações da fábrica e da ferrovia.

Essa medida nunca chegou a ser efetivada tal como era prevista em lei, entretanto ela vai inspirar a formulação conceito que Território de Interesse e Cultura da Paisagem (TICP) proposto em 2014 no mais recente Plano Diretor da cidade de São Paulo. O conceito de TICP se refere a áreas que concentram espaços, atividades ou instituições culturais, bem como elementos materiais e imateriais de grande valor para memória e identidade da população sendo polos de atratividade social, cultural e turística. Assim, os TICP demarcam a proteção de áreas de importante valor simbólico com grande valor para memória e cultura da população.

Nesse sentido, buscava-se desenvolver um projeto para garantir a preservação da memória operária e história de Perus, em parceria com a Administração regional. Secretara Municipal de Cultura, o DPH, Centro Cultural Ajoa-Peru e escolas da região. A ideia era formar um acervo fotográfico e documental, inclusive com a coleta e depoimento dos antigos moradores e lideranças dos movimentos populares e sindicais associada a preservação dos substratos materiais como marcos desta história, iniciando pela revitalização e preservação da antiga Estrada de Ferro Perus – Pirapora. (JERONYMO, 2016, p.133.)

Pela lei Plano Diretor de 2014, oficialmente é instituído duas áreas como TICP. Uma delas é o centro histórico metropolitano Paulista/Luz a outra abrange a área de Jaraguá/Perus, englobando não apenas a fábrica, mas sim de um Complexo Eco/Turístico/Ambiental, que inclui a fábrica.

Para podermos contextualizar, esse conceito de Complexo Eco/Turístico/Ambiental foi instituído pela Lei nº 13.549 de 1º de abril de 2003 no então governo da prefeita Marta Suplicy pelo projeto de Lei nº 739/02 do vereador José Laurindo do Partido dos Trabalhadores. Tal lei instituiu a criação de um Centro Cultural da Fábrica de Cimento Portland e um Centro Cultural Temático da EFPP integrado ao Parque Anhanguera e outros locais. Porém, com a nova lei em 2014 esse Complexo é substituído pelo conceito de TICP.

E a grande novidade do TICP é que este advém sobretudo da pressão da população e da própria academia por um reconhecimento legal destes espaços por parte do Estado. Fato que exploraremos mais detidamente no próximo capítulo pelas declarações que sujeitos que estiveram envolvidos diretamente com esse processo.

Figura 9 – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem



Fonte: PDE de São Paulo (2014)

O TICP teria o fim de garantir diversas medidas sobre os espaços inseridos dentro desta lei, como por exemplo, o estímulo de desenvolvimento do direito à Cidade; valorização da memória e da identidade ou possibilidades de incentivos para que coletivos atuem sobre o espaço via parcerias com instituições de ensino.

Através do TICP entendemos o quão a CBCPP tem sua importância histórica tanto do ponto de vista prático como diversas atividades realizadas no local pela população quanto do ponto de vista legal com sua importância para formação da identidade local da população.

Enfim, vemos que desde do fechamento da fábrica há uma luta do ponto de vista legal para que tanto esta, como seu entorno sejam reconhecidos institucionalmente como elementos de importância histórica para Perus. E vemos que depois dessas pressões e mesmo de uma conscientização de parte de agentes do governo há avanços em questões da formalização da lei. Porém infelizmente na prática não há o cumprimento de ações efetivas com base nessas leis. Os processos do ponto de vista legal tendem a ser muito lentos e quando conquistas são alcançadas a mudança de gestão acaba sendo um entrave nas negociações que se estavam empreendendo. Com isso ao mesmo tempo que podemos ver demarcações legais como conquistas muito representativas em toda esta luta, porém ainda se carece do cumprimento efetivo destas medidas.

3 O Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus

Diante de toda a luta pelo reconhecimento legal e efetivo de novos usos para o espaço da fábrica, o Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus tem sido hoje o principal expoente nesta luta. Ele tem como chave a reunião de diversos coletivos e indivíduos na luta por interesse comum.

Destarte, analisaremos brevemente acerca da estruturação deste movimento, compreendendo a partir da análise de entrevistas realizadas com sujeitos relacionados ao movimento, o que esses agentes pensam e como eles têm se articulado pela questão da luta pela apropriação do espaço da fábrica.

Porém, gostaríamos de passar rapidamente pela história dos Queixadas. Pois entendemos que a história dessa ala operária sindicalizada e politizada durante os anos de funcionamento da fábrica tem o potencial de até hoje influenciar a geração atual na luta pelos seus direitos, tal como eles reivindicaram e lutaram por aquilo que consideravam o mais justo para a maioria.

3.1 Os Queixadas

A história da fábrica começa em 1924 junto com a implantação da Estrada de Ferro de Perus. Em seus primeiros anos a fábrica foi gestada por uma companhia canadense. O empreendimento era símbolo de modernidade dentro do contexto da qual ele surgiu.

Para que a fábrica pudesse ter um bom rendimento, mais do que o estabelecimento fabril demandaria uma mão de obra qualificada, assim a companhia se encarregou de construir vilas operárias que estavam focalizadas em oferecer moradias para trabalhadores especializados, dos quais muitos eram de outros países. Assim, a fábrica demandou muitos trabalhadores e dentre os quais especializados que recebiam abrigo (embora não gratuitas a preço mais baixos que os do mercado).

As vilas que eram construídas pela fábrica também tinham avanços para além do que as condições do distrito como energia elétrica e saneamento. Havia inclusive um clube de futebol onde os trabalhadores podiam se divertir, tal como era comum a realização de festas naquelas vilas operárias. De forma que, os primeiros anos da fábrica foram marcados não apenas pelos lucros acumulados pelos canadenses, mas também pela ideia de “bem estar social” que era presente na vida dos trabalhadores da fábrica.

Porém toda esta situação passaria ganhar uma nova marca no início da década de 50, quando em 1951 o político e empresário, João José Abdalla adquire a maior parte das ações da fábrica.

Ainda na mesma década, ocorre a chegada de um importante personagem nesta história da fábrica de Perus, que é o advogado Mário Carvalho de Jesus. Depois de um tempo na França, esse advogado retoma ao Brasil tomado por uma série de ideias progressistas que efervesciam na Europa. Ao aderir o posto de advogado na fábrica, ele não apenas se prontifica a defender legalmente a operários, mas buscar contribuir para agregação de novos valores progressistas aos funcionários da Cimento Portland de Perus, trazendo dos momentos de maior embate políticos os ideais da “Não Violência” e da “Firmeza Permanente”.

No fim de 50, a luta operária dos trabalhadores da Perus toma seus primeiros passos. Em 1957, Abdalla tenta transferir alguns funcionários de fábrica de cimento para o litoral. Essa transferência gerava muitas discordâncias, pois focava, sobretudo em transferir os líderes sindicais da Perus para outras fábricas mais distantes, sendo que do ponto de vista funcional essas transferências não se sustentavam, pois as funções que eram exigidas na fábrica do litoral necessitavam de uma capacidade técnica menor do que na Perus, não fazendo muito sentido do ponto de vista funcional a transferência de tais funcionários. Porém, depois da pressão dos funcionários a transferência não aconteceu. Desde o começo as relações que se estabeleceram foram de uma desconfiança dos interesses políticos entre Abdalla e o sindicato da Perus.

Em 1958, essa história ganha um importante episódio. O caráter político do conflito entre Abdalla e o sindicato se explicita com a demissão de Gino Rezaghi, logo após o mesmo afirmar que não daria apoio político ao dono da empresa (pois Abdalla além de empresário também era político). Outro traço marcante dessa luta foi o aumento do preço do cimento para a população. De forma que, a luta dos operários propôs se preocupar com problemas da sociedade. Assim, os operários não se satisfizeram apenas com melhoria dos seus salários, mas lutaram também por uma diminuição do preço do cimento, de forma a beneficiar toda a sociedade. Os operários da Perus lutaram assim, mais do que meramente um reajuste salarial, mas pela defesa da liberdade de expressão de Gino e não opressão da indústria cimenteira sobre a população.

Na época, chega-se a se formar um banco de Queixadas, uma forma de criar união e possibilitar sobrevivência frente a situação que se conformava. Depois de um período de luta, os operários conseguem a readmissão de Gino e aumento salarial na chamada Greve do Bem

Comum. E também neste mesmo ano, em função desta luta, os operários da Companhia de Cimento Portland Perus ganham o apelido de Queixadas. Esse é o nome de uma espécie de porco do mato famoso por ter como característica se unir em bando, batendo o queixo, quando estão em uma situação de risco sobre a ameaça de algum predador ao mesmo. E este foi o apelido que os operários da Cimento Portland Perus por terem como característica a forte união na luta pela reivindicação de seus direitos.

Para Siqueira (2009), o entendimento da 1958 é de importância essencial, pois ali se teve uma tentativa de autogestão da fábrica e pela análise do próprio autor foi a conjuntura mais favorável que se teria para que os operários tomassem a fábrica e estabelecessem um novo modelo de gestão em meio a um sistema capitalista, porém não houve um avanço em busca deste objetivo.

Em 1962, se inicia a maior greve da história do Brasil, a chamada greve dos sete anos. Ela é marcada por um questionamento dos funcionários frente às condições de trabalho dadas. Sobretudo, havia a reclamação do descumprimento de um ajuste salarial que fora aprovado no ano anterior. A greve na verdade começa com as empresas do grupo Abdalla interrompendo suas atividades em 14 de maio. Porém, pouco tempo depois Abdalla negocia com a maioria delas, deixando apenas a COPASE e Portland Perus em greve.

Esta luta estaria inserida em um contexto político mais amplo no cenário nacional: o regime militar em 1964. Esse período é marcado pela repressão à liberdade de expressão com ampla perseguição a tudo aquilo que era tido como esquerda (inclusive muitos sindicatos). Porém os operários da Perus não se calaram, haviam um receio e ciência de que o contexto político da época era bem menos favorável a luta por direitos trabalhistas em função da perseguição e violência vinda do próprio governo naquele momento, a sede de encontro do sindicato chega ser fechado no início do regime militar. Porém, mesmo esta conjuntura, não impediu que os trabalhadores se reunissem para lutar pelos seus direitos, entretanto houve como consequência a diminuição do diálogo entre o operariado e as instâncias governamentais.

Também neste mesmo ano há o pedido de encampação da empresa pelos operários. Porém, como afirma Siqueira (2009) a conjuntura ali era menos favorável pela tomada da fábrica por parte dos operários do que fora em 1958 quando naquele momento as condições de encampação da fábrica eram melhores.

No fim do ano de 1962 e início de 1963 os operários protagonizariam a primeira greve de fome registrada no nosso país. Essa forma de luta vinha inspirada nas práticas de luta pacíficas

difundidas pelo advogado Mário Carvalho muito influenciado na luta de líderes como Martin Luther King e Ghandi.

Com isso, a luta Queixada ganha reconhecimento por sua luta operária se vinculando um estilo que assinalava a “Não Violência” e a “Firmeza Permanente” há uma resistência pacífica.

Houve um período crítico interno entre os próprios operários ocorrido no ano de 1963. Com cerca de um ano de desemprego alguns funcionários acabam cedendo a proposta de condições precárias oferecidas por Abdalla. Isso divide o sindicato pois parte dele se recusa as condições paupérrimas estabelecidas e querem continuar engajado, porém há uma parte que se encontra desgastada e disposta a ceder à pressão. E estes que decidiram aderir ao emprego foram tidos como pelegos. Porém a expressão foi usada de forma diferenciada. Ela servia para denominar que num primeiro momento haviam lutado como Queixadas, porém que em função da pressão tinham abandonado seus valores.

No ano de 1965, cria-se uma expectativa frente à possibilidade de avanços na luta operária. Ocorre da causa julgamento de 501 empregados estáveis que haviam sido demitidos. Entretanto, neste primeiro momento os trabalhadores de Perus perdem a causa. Só dois anos mais tarde, em 1967, esses operários conseguiriam conquistar essa causa.

O ano de 1969 marca o fim da luta dos operários, com estes ganhando parcialmente a luta. Pois ao mesmo tempo que houve a readmissão de alguns deles, houve também muitas perdas no processo com trajetórias muito violentas protagonizadas pelas instâncias governamentais, apesar do caráter pacífico defendido pelos Queixadas desde do início da greve. Mas, um dado é fato essa continua sendo a greve mais longa na história do país e expôs caráter perseverante e lutador dos Queixadas.

Depois desse período de turbulência, a fábrica se encontra desgastada. Os problemas econômicos, o enfraquecimento do poder econômico da fábrica no cenário, os acúmulos de dívidas com os funcionários, a separação interna do sindicato entre pelegos e Queixadas, enfim, entrada da fábrica em decadência somada às dificuldades enfrentadas pelo sindicato fez decair seu poder de influência.

Assim, os Queixadas fizeram parte de uma geração que para além de aumento de salários lutaram por uma gama de valores e ideais, estando próximo em alguns momentos de encampação da fábrica, com suas muitas de suas ações inspiradas em ideais progressistas que pregavam a Não Violência e a luta contínua. Porém, mesmo com fechamento da fábrica, a história dessa luta não acaba. A história de luta do movimento inspira hoje a juventude na construção da própria identidade a população de Perus nos desejos de mudanças

e melhorias no local onde eles vivem. Nisto, gostaríamos de analisar construção do Movimento pela Reapropriação da Fábrica.

Sendo assim, a Fábrica de Cimento Portland Perus tem um papel de suma importância no que tange a história da luta operária brasileira. A história da luta operária ocorrida na fábrica é um elemento fulcral no entendimento do que de fato foi e representa a fábrica hoje.

Destarte, entendemos que a luta daqueles operários que se engajaram não era apenas por melhores salários, mas por direitos que extravasaram isso (direitos políticos, ideais e valores) até hoje tem reflexo naquele local. A luta dos operários foi à luta por uma nova relação com aquele espaço. Mais do que questões monetárias, quis se lutar por outra relação com a fábrica. Uma relação de apropriação daquele espaço para fins coletivos e sociais. Isso vemos, por exemplo, com relatos do pedido de encampação da fábrica ou quando operários expuseram o desejo de que a fábrica fosse um espaço de memória dos Queixadas após o seu fechamento.

E é essa história que inspira hoje Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento. Esse Movimento que é formado de diversos coletivos culturais que lutam por um bem comum, que é a reapropriação do espaço da fábrica, tendo como um de seus alicerces uma identidade baseada na identidade Queixada.

O Movimento se apoia em marcos legais que já existem, porém não são regulamentados. Essas leis se baseiam não apenas na valorização da história da fábrica, mas por uma visibilidade na periferia, que busca, dentre outras coisas, uma maior possibilidade de acesso à cultura na periferia, trazendo como grande elemento a ramificação da questão cultura para uma gama de direitos (saúde, educação, transporte, etc.) que permitem uma real qualidade de vida do morador do lugar.

3.2 Movimento pela Reapropriação da Fábrica da Cimento Perus

Como vimos, os Queixadas foram responsáveis por protagonizar a greve mais longa da história do país e por realizarem a primeira greve de fome na história do país dada adesão as práticas da “Não Violência” e a “Firmeza Permanente”. Ao longo disto, os Queixadas construíram uma identidade marcada por uma ideologia progressista diferenciada tanto na forma de lutar (baseada na união e na passividade) como pelos seus objetivos (em alguns momentos os operários desejaram tomar a fábrica e instalar uma gestão mais coletiva dentro do sistema capitalista) inovadores na época.

Pautando-se em uma ideologia onde os trabalhadores pudessem a partir do espaço da fábrica construir outra consciência. Por isso o pedido de encampação, pois a fábrica não era apenas o local da onde se poderia extrair o salário; relações de afetividade e coletividade que se desenvolviam, o exercício de um trabalho que permitia uma relação ampla com processo produtivo, fomentava que ali se estabelecesse uma nova concepção do operário com o local de trabalho.

Essa história construída é um fator que hoje auxilia na construção de um elo comum entre diferentes agentes do distrito. Ao se buscar entender a história do cidadão ou da cidadã peruense se acaba caindo na história da luta Queixada pois foram personagens de importância fundamental na história do principal polo produtivo do distrito.

Tal fato se tornou tão reconhecido que dos marcos legais legitimaram essa luta como afirmamos anteriormente como Decreto de Utilidade Pública de 1992, reconhecendo a luta operária dos Trabalhadores de Perus e propondo a construção de um Centro de Memória e Cultura do Trabalhador. Porém não havendo uma efetividade no cumprimento destas medidas a luta pelos direitos emerge.

Ou seja, a partir, da história da luta operária de Perus, consegue hoje influenciar a juventude de Perus na luta pelo acesso à cultura, não apenas pelo fato do ponto de vista forma a fábrica ser um espaço destinado a oferecer cultura à população local, como também a história do operariado que lutou na construção efetivação dos seus direitos, até hoje inspira a população na luta pelos seus direitos. De modo que, a história de Perus sempre esteve marcada por resistência. Frente ao não cumprimento da função social do espaço da fábrica e mesmo diante de outros problemas inerentes a qualidade de vida do distrito formam-se coletivos para lutar em prol dessas questões. Hoje, um grupo que tem se destacado na luta pelas questões de Perus é o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus.

O Movimento é formado a partir da união entre diversos coletivos, lideranças, alunos e professores que se engajam em prol de um bem comum: a reapropriação do espaço da fábrica de modo que este exerça como função o oferecimento de atividades relacionadas ao direito da cultura e a memória, para a população.

Muito se atribui a união destes diversos agentes que outrora lutaram de forma independente ao diálogo com Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do LABCIDADE (FAU/USP) mais lideranças, coletivos, professores de Perus que visavam uma articulação entre a comunidade e universidade com lançamento da proposta da Universidade Livre e colaborativa. Isso gerou como consequência um projeto organizado pelo professor da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Euller Sandeville, e professora Sueli Furlan da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entre os anos de 2012 e 2014, em uma disciplina ministrada por ambos. Tal disciplina tinha como novidade o fato de não ser ministrada sob um padrão expositivo, mas sim sendo parte de um projeto de cultura e extensão com potencial permitir uma nova interação entre o meio acadêmico e a comunidade.

Esse projeto impulsionou a união de diversos sujeitos e coletivos do distrito em prol de uma nova relação com espaço da fábrica. Assim, depois de muita mobilização é organizado o 1º Ato Caramanchão Cultural. Destarte, o Ato se torna um marco do Movimento. Entretanto ao conseguir realizar esses feitos a luta não termina, mas ela se inicia com uma maior impulsionamento ainda dos coletivos.

Hoje o movimento é composto de várias entidades e indivíduos. As organizações que integram este movimento: a ONG Agendes, Associação dos Aposentados de Perus, Associação dos Queixadas (antigo sindicato da fábrica), Coletivo Universidade Colaborativa, Curso Pré-Vestibular do Sindicato de Cimento de Perus, Sindicato de Cimento de Perus, Grupo Teatro Pandora, Grupo de hip – hop Perus, Comunidade Cultural Quilombaque, Sociedade do Bairro de Perus (SADIP), e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Além disso há a participação de estudantes e professores universitários. Afora há sujeitos que estão muito envolvidos com a questão da fábrica embora não componham o Movimento mas que tem alta relação de proximidade com este, como por exemplo, uma das entrevistadas por nós Jessica Moreira, que é uma jornalista responsável pela divulgação das questões do Movimento na redes sociais por meio de blog e Facebook, mesmo não possuindo vínculo formalizado com o Movimento tem uma relação de muito diálogo com os membros que compõem o Movimento e contribui para realização de atividades promovidas por este, sobretudo campo de comunicação e divulgação.

Figura 10 - Ocupação na fábrica



Fonte: Blog do Movimento pela Reapropriação da Fábrica

Destarte, a seguir discutiremos acerca de como o movimento tem pensado e se articulado em sua atuação não apenas no espaço da fábrica, mas com relação ao distrito como um todo, a partir da análise da fala de sujeitos que compõem o movimento.

Regina Célia Soares Bortoto é professora e diretora aposentada de uma escola municipal localizada no próprio distrito de Perus que teve seu interesse pela questão da vinda pela relação de seus familiares com a fábrica, da qual alguns trabalharam ali.

Para esta, o debate da fábrica se dá por ela estar vinculado à própria realidade das pessoas do distrito. Enquanto fora professora a fábrica era usada como “material didático” não apenas por ela, mas por vários professores, ficando destacado na sua fala apontar que “fábrica vinha para dentro da escola”, pois era o local onde as crianças passavam e brincavam, onde seus pais e avós trabalharam.

Assim, segundo ela, grande parte das escolas municipais de Perus desenvolvem projetos relacionados à fábrica com intuito de discutir, dentre outras coisas, a transformação deste espaço hoje abandonado.

A gente sempre teve a fábrica como um material didático e aí a gente foi entendendo que era mais que um material didático, trazia conhecimento ali, a gente ia ensinar geografia, por exemplo, a rua, o bairro e aí a gente ia saindo das esferas onde quisesse, então era fácil para gente usar a fábrica como recurso... hoje eu diria que as escolas municipais, arriscando, que as escolas trabalham na fábrica com regularidade e frequência. (Regina Bortoto entrevistada por Jaques Pereira 21 de março de 2018).

Uma possibilidade que ainda tem sido muito valorizada e levantada pelos coletivos é a questão para se apropriar deste território por meio do TICP. Em sua visão ele representa a capacidade da população de pensar o território em nível técnico. Além disso, ele estabelece uma concepção de território que se distingue da concepção mercadológica, ao pensar o território

não como local para acumulação de capital de um indivíduo ou grupo específico, mas enquanto local onde existe a diversidade.

De forma geral, ela anseia que Perus ofereça mais possibilidades para a sua própria juventude. Disto, a questão cultural é um dos problemas mais emergentes. Pois Perus oferece poucos espaços de cultura (não tem cinema, teatro público), porém, ao mesmo tempo que há uma precariedade na qualidade de vida, existe também uma relação de vínculo que vai se criando com o lugar, uma relação de identidade apesar de tudo é construída. E é esse sentimento de pertencimento que impulsiona a juventude a ficar lá e lutar ao invés de simplesmente abandonar o lugar e buscar outros espaços da cidade que possam oferecer cultura.

Já, Mário Sérgio Bortoto é engenheiro químico, aposentado que atualmente está envolvido na intermediação entre a população e câmara através de um cargo comissionado que ocupa no legislativo. Seu envolvimento pelas questões de Perus vem através de experiências da militância política que vivencia na faculdade, depois transpondo esse engajamento em prol de Perus.

Em sua visão a questão do acesso à cultura se faz presente pelas próprias transformações que o distrito passou a sofrer. As possibilidades de acesso à cultura e lazer tem se tornado cada vez mais escassas: campos de várzeas tragados pela expansão da urbanização, festas tradicionais desaparecendo, enfim, os direitos à cultura e lazer cada vez mais negligenciados.

Porém, para além da cultura, o oferecimento de tantos outros serviços ainda é muito deficitário. Por exemplo, ultimamente todos os loteamentos que se deram no distrito ocorreram de forma irregular e a consequência disso é que muitos dos que moram nessas habitações estão destituídos de serviços básicos como saneamento ou energia elétrica de forma regular. Sendo para Mário um dos motivos que contribui para tal fato a ausência de uma representatividade política de Perus na Câmara.

E é contraditório que mesmo com todos esses problemas existam, hoje há muita especulação acerca de propostas da vinda de equipamentos que trariam um grande impacto para a região. Perus é altamente cotada para receber um novo entreposto comercial que substituiria o Ceagesp hoje na Vila Leopoldina, bem como compor parte do trajeto do Ferroanel. E embora tais projetos ainda estejam no campo da especulação, o fato de haver possibilidades de que eles venham a realmente se concretizar leva-se a se cogitar o quanto a população Perus pouco se beneficiaria destas transformações, quando não, seria afetada de modo negativo por elas.

Desta forma, para Mário é necessário tomar cuidado com todas estas propostas, pois Perus têm uma memória que deve ser preservada e que hoje é apropriada pelas gerações mais antigas, porém precisa passar para as gerações mais novas.

Outra entrevistada foi Thalita Duarte, arquiteta, atriz e gestora cultural do Grupo Pandora desde 2011. É moradora de Perus há cerca de seis anos. Vindo a conhecer o lugar em 2010 através do grupo de teatro Pandora.

O Grupo Pandora atualmente é formado por oito membros, sendo todos esses jovens da faixa etária de 18 a 37 anos na qual a maioria mora em Perus. A sede do Grupo passa a ser Ocupação Canhoba depois que eles perdem o espaço que tinham no CEU. Tendo no mínimo uma apresentação por mês e apresentando-se não apenas na Ocupação, mas também no centro da cidade, o grupo se sustenta partir do financiamento do Projeto Fomento ao Teatro que é um programa governamental de estímulo à cultura.

O grupo tem como traço, tal como os demais coletivos do distrito o fato de vincular parte de seu trabalho à história da luta Queixada. E embora não necessariamente todas as apresentações tratem do tema, a questão da fábrica sempre é algo recorrente nas peças do grupo ou então fatos marcantes história de Perus, como a questão da Vala Comum do Cemitério Dom Bosco.

Para ela, Perus têm o potencial de criar uma relação de identidade para aqueles que com ele se relacionam. Há em Perus um sentimento da qual você se sente apropriado pelo lugar e tal vínculo vem dentre outras coisas pela própria história de luta queixada que inspira resistência nas novas gerações.

Eu me sinto como se fosse daqui. A gente acaba se envolvendo mesmo. Você fica ativa pela história da fábrica pela história de lutas. E como essa história dos Queixadas inspirasse as novas gerações de resistência, de lutas, a própria luta contra a vala, a luta contra a lixão isso acaba envolvendo a gente de uma forma muito..como que se fala... você se sente muito apropriado pelo lugar. Sabe aquela história de identidade. Sabe quando você fala: aqui é o meu lugar. (Thalita Duarte entrevistada por Jaques Pereira em 22 de junho de 2018)

E o Movimento de reapropriação cresce não apenas no anseio de lutar pelo direito ao acesso do espaço da fábrica para fins culturais, mas por outros direitos que são negligenciados para a população de Perus. Gera-se assim uma articulação de pessoas dada na união dos coletivos em prol de objetivos comuns voltados para a melhoria de Perus relativos a vários direitos dessa população.

Destes fatos fica presente o debate com relação ao uso do espaço da fábrica no cotidiano da população. Pois, mesmo sendo legalmente instituído, o oferecimento de serviços culturais para a população ainda é negado. Há relatos que esse espaço hoje tem servido para que prática de paintaball. Além disso, há especulações que se deseja transformar a fábrica em um shopping

cultural, um empreendimento privado que estaria muito mais voltado para questão do lucro do que para cultura.

E em meio a toda essa turbulência Thalita tem uma perspectiva de pouca esperança com relação ao futuro da implantação espaço cultural na fábrica, mesmo com o TICP. Todavia ela tem uma perspectiva positiva no sentido de que embora não se conforme um espaço formal onde as pessoas possam ter acesso a cultura dentro da fábrica, hoje essas inúmeras atividades que os próprios coletivos fazem, configuram um Centro de Memória dos Queixadas que ocorre de forma imaterial na realização dessas diversas práticas culturais que repassam a história Queixada.

Jéssica Aparecida Moreira André é uma jornalista que trabalha na questão da divulgação virtual do Movimento. Sua relação com a militância por Perus se vincula a sua própria história pessoal acadêmica. Embora moradora do distrito desde criança, viveu grande parte de sua infância e adolescência desvinculada de atividades ligadas a Perus.

Ao ingressar no jornalismo ela se identifica com a área de comunicação comunitária e por meio dessa área passa a ser uma espécie de correspondente do distrito para a população. Ela é uma das expoentes na realização do 1º ato Caramanchão Cultural de Perus. Hoje ela divulga um blog com o nome Agência Mural de Jornalismo da Periferia, relatando vários fatos e acontecimentos correspondentes a Perus.

Para ela, o que torna a construção do movimento interessante é que mesmo com divergências, os coletivos conseguem se unir para vencer desafios, sobretudo na busca de um objetivo principal que é disseminar a história da fábrica de cimento e ter uma maior inserção do poder público sobre o território. Apesar de todos os entraves que podem existir na construção de um movimento horizontal, o movimento parece bem atrelado a esse objetivo comum.

E isso teria como consequência, Perus oferecer mais oportunidades para a própria população, seja arrecadando verba através do turismo, seja no oferecimento de formas de acesso à cultura a esta população jovem. Pois, os jovens de Perus estão destituídos de cultura e para terem acesso a ela percorrerem grandes distâncias, e ainda, alguns, dada essa omissão por parte do Estado em oportunidades formativas são aliciados pelo crime. Daí muitos jovens emergirem na ocupação de espaços culturais enquanto forma de resistência frente à negligência por parte do Estado, com uma juventude produzindo cultura. Destarte, Jéssica afirma que, existem sim espaços culturais em Perus, mas não como espaços institucionalizados, mas sim criados pela própria comunidade.

Com isso a história Queixada tem importância porque tem uma representatividade na história do distrito. E esse enriquecimento da história contribui para que as pessoas possam valorizar e reconhecer a importância que Perus têm. Ou seja, a valorização de elementos da história do local é um fato que contribui para que as pessoas reconheçam o valor dos lugares.

José Queiroz (Soró) um dos líderes do Coletivo Cultural Quilombaque (que tem como marca valorizar a produção cultural da juventude negra na periferia), relata que sua própria condição de migrante já era um fato que o incomodava. Mais tarde ele passaria a ter de contato com as Comunidades Eclesiais de Base e com a Teologia da Libertação vindo a ter uma maior dimensão política da realidade. E toda essa perspectiva crítica da sociedade que ele acumula ao longo dos tempos forma a base para que ele começasse a se indagar sobre os problemas de Perus enquanto periferia.

Figura 11 - Comunidade Cultural Quilombaque



Fonte: Blog Comunidade Cultural Quilombaque

Durante um tempo ele mora e trabalha na área central da cidade com crianças e jovens de rua. Isso lhe garante um maior contato com o universo da juventude. Ao retornar a Perus ele se choca com uma parcela de juventude vivendo uma carência tanto material quanto imaterial. Entretanto, ao mesmo tempo em que havia essa juventude carente no distrito, havia também uma juventude animada por gerar mudanças. Destarte, Soró busca aliar a sua experiência anterior de trabalho com jovens, ao desejo de transformar sua realidade.

Ele estimula que os jovens dali passem a entender e valorizar o papel da arte como elemento empoderador de linguagem, permitindo que a partir desta o sujeito compreenda o local onde ele vive e seja capaz de transformá-lo. A arte e cultura não entram como o objetivo final, mas sim como instrumentos que dão possibilidades de compreensão da realidade e atuação sobre ela. E a história Queixada é um elemento que tem potencial de gerar uma identidade que potencializa a capacidade de lutar.

Em todas essas mudanças deve-se pensar nas possibilidades de geração de renda que se têm, havendo mecanismos que sustentem e assim estimulem as pessoas a se dedicarem de

maneira integral e permeia a arte e cultura na periferia, tendo atividades que gerem uma perspectiva para o sujeito, disto o Quilombaque trabalhar, por exemplo, com as trilhas de memórias.

Essas trilhas têm o intuito de gerar processos educacionais das quais as pessoas possam se envolverem um movimento de gerar polos dinamizadores de memória que conecta as pessoas aos lugares. As trilhas de aprendizagem que são oferecidas atualmente: “Ditadura Nunca mais”; “Memória Queixada”; “Reapropriação” (ocupação canhoba, biblioteca, Casa de Hip Hop, Quilombaque, Praça Inácia Dias); “Direitos Humanos” Para além de algo turístico as trilhas têm o propósito de fortalecer a crença no lugar e a questão das possibilidades de enfrentamento político. Em tudo isto, a memória convergindo na busca de gerar um sentimento de pertencimento ao lugar. Para além dessas trilhas e tantas outras atividades formuladas pelo coletivo, o Quilombaque é um espaço de oportunidades para estes jovens, tanto pela reflexão quanto pela prática, usando como base identitária a questão da fábrica e a história dos Queixadas.

Em todas essas falas vemos que a fábrica está no cotidiano da população antes mesmo de ser pensada enquanto fato institucionalizado. E disto emergir a história de luta Queixada criando identidade para a população. Hoje a fábrica tem ganhado força na educação básica, onde alunos do próprio distrito de Perus já têm um contato com esta fábrica desde muitos anos e esse trabalho permite que tanto as novas gerações, quanto os novos moradores se apropriem desta memória.

Assim, a educação é um elemento central neste debate. O trabalho com memória tem sido uma das formas que se tem usado para aproximar a população desta causa, inclusive os coletivos têm-se apropriado muito deste aspecto. Por exemplo, o teatro Pandora constantemente retoma em suas apresentações temas relacionados à própria história de Perus ou então o Quilombaque que realiza as trilhas de memória.

Em meio a essa questão o TICP tem tomado centralidade enquanto forma efetiva de avançar nesta luta. Sendo uma expressão da luta popular em prol da efetivação dos seus direitos que foi conseguida antes de tudo através da união e da luta entre academia e comunidade e que hoje é um exemplo de possibilidades do reconhecimento formal do direito à cultura. Ele se torna uma manifestação legal de toda a luta da população de Perus e através deste instrumento se reconhece a luta pelo direito ao patrimônio como legítima.

O TICP propõe um novo uso do espaço para a população. Ele reforça o sentimento de pertencimento com relação ao lugar. Pois a fábrica passa a ser um local que não está descolado da realidade dos sujeitos, ao contrário, a instituição legal do reconhecimento de poder ser apropriar

daquele espaço contribui para o entendimento que o sujeito tem de pertencer, de fazer parte daquele espaço. Aquele espaço pertence ao indivíduo, é algo que lhe é apropriável e não distante. Perus têm assim um potencial de fazer com que os indivíduos se identifiquem com aquele território e criem uma identidade com ele.

Assim, é interessante o fato de que mesmo com Perus sofrendo com a precarização e o abandono de serviços por parte das autoridades governamentais a comunidade ainda mantém uma relação de pertencimento com o distrito. O reconhecimento que o indivíduo consegue se estabelecer no outro ou através do lugar, permitem que se fortifiquem uma relação com aquele espaço. E ao invés de desistir ou abandonar o lugar e seus problemas, emerge o desejo da comunidade de ficar e lutar pela melhoria daquele local na qual os sujeitos se reconhecem e se identificam.

E a fábrica está neste debate pelo potencial que ela tem de ser um ponto de convergência em toda esta questão. Como afirmamos anteriormente, a fábrica está presente no cotidiano dos indivíduos antes mesmo que qualquer formalização ocorresse ou ocorra. E de fato a história da fábrica e do movimento Queixada é o grande diferencial ali. Soró afirma que este fato ajuda colocar Perus a frente de muitas periferias na luta pelos seus direitos, pois já há um alicerce no local que permite a criação de uma identidade. Uma história que gera laços e permite estabelecer vínculos comuns entre os sujeitos enquanto outros lugares têm ainda que formar uma base de identidade comum. Perus já têm essa história necessitando apenas que o povo se aproprie dela. Isso permite que os sujeitos apesar de todas as suas diferenças tenham entre si objetivos comuns e consigam se inspirar em um passado subversivo de lutas na busca da transformação das atuais condições.

Você conhece os Queixadas? Esse jeito agregário, lutador de defender princípios. Então disse: acho fundamental, Perus tem memória, eu conhecia, convivi com vários deles [os Queixadas]. Era uma convivência que eu conhecia a muito tempo e que já entendia importância dessa história. A gente sempre teve o desejo que essa história da Fábrica, poderiam transformar esse bairro em um lugar melhor. E ali com foi um deleite. É uma comunidade de jovens. (José Queiroz entrevistado por Jaques Pereira em 10 de julho de 2018)

Com isso, a luta do povo está voltada não em conseguir privilégios para grupos específicos, mas para que seja dada a população a possibilidade de uma nova relação com espaço, o que por lei lhe é garantida. Jéssica Moreira diz que sua concepção não é só reconhecimento por parte das instâncias governamentais na efetivação dos seus direitos ou mesmo no reconhecimento público de Perus, mas sobretudo no reconhecimento dos próprios moradores da sua identidade peruense.

E apesar de toda a divergência e todas as contradições que são inerentes na tentativa da formação de um movimento horizontal há como alicerce capaz de sobrepor essas

desconformidades o objetivo comum de disseminação dessa história de luta queixada e uma reação da incisão de políticas públicas neste território

É nisto que está centrada a luta de Perus que o Estado exerça o cumprimento dos direitos legais que tange a população. Sendo espaço periférico, os coletivos e as lideranças reconhecem o quanto aquele lugar é negligenciado pelas instâncias governamentais com relação à efetivação de direitos. Um deles, o direito à cultura e ao lazer. Os órgãos governamentais têm demonstrado uma omissão no oferecimento do direito à cultura e o lazer. Afora um CEU e uma biblioteca municipal, a população de Perus não possui nenhum outro espaço subsidiado pelo Estado que ofereça possibilidades culturais, mas sim, o Estado é omissor neste aspecto.

E a população aparece não apenas reivindicado, mas incidindo no território frente às autoridades governamentais, com ela mesma sendo protagonista neste processo de forma efetiva ao intervir no território e ele mesmo criar novas possibilidades de acesso à cultura dentro do distrito de forma independente do Estado.

Entretanto, embora tenha havido pouco avanços de forma efetiva e muitos se vêem com pouca esperança com relação à instalação de um Centro de Memória em sua constituição física, há a expectativa do potencial sobre as atividades que retomam a história de Perus e os Queixadas permitindo que esse Centro de Memória seja realizado sob uma perspectiva imaterial nos encontros e cruzamentos dessas trajetórias.

E tem uma coisa que eu acho que a luta dos Queixadas e luta pela Fábrica como Centro Cultural ela transbordou a arquitetura da Fábrica, ela transbordou o prédio, então hoje atualmente em Perus a gente já tem um Centro Cultural de Memória do Trabalhador, que é formado por esses diversos coletivos que são essas atividades culturais que estão o tempo todo retomando esta história e fora isso centro de documentação que tá sendo criado na biblioteca que é uma biblioteca pública de Perus, que se incumbiu de fazer uma guarda de todo o material que se tem estudado da fábrica de cimento. Senão rolar o Museu a gente já tá fazendo aqui que essa história se repasse e não deixe ela morrer. (Thalita Duarte entrevistada por Jaques Pereira em 22 de junho de 2018)

E o que ocorre é que, toda essa realização imaterial do movimento está para além de uma luta pelo direito à cultura e memória operária de Perus, pois passa a se manifestar em várias dimensões cotidianas da população de Perus. A questão da fábrica foi o fator que permitiu a união comum e o impulsionamento destes coletivos, porém para além disso os coletivos visam lutar pelo distrito como um todo. Na verdade, houve a formação de frentes que lutavam por direitos variados. A que ganhou espaço com relação à representatividade política foi a questão cultura através da fábrica, porém isso não fez que um tal fato suplantasse os demais direitos, mas gerou por meio desta luta, o encontro e diálogo entre diversos coletivos. De modo que, conforme se avança, mais questões são levantadas e ocorre o engajamento desses coletivos nas mais diversas áreas que afetam a população de Perus (saúde,

transporte, etc.) e a luta passa a ser não mais apenas pelo direito à cultura, mas pelos mais diversos direitos inerentes à cidade.

Então são várias frentes que acabam sendo desde uma frente de rede de saúde de rede de professores, de rede de movimento cultural, que acaba que se junta pelo Movimento pela Fábrica. E acaba que se tornou não só o Movimento da Fábrica mas o movimento de melhorias no nosso bairro. Exemplo, como o novo plano Diretor foi transformada aqui a região. Um novo eixo de transformação da cidade, então começou a haver um novo tipo de especulação imobiliária para cá, a própria vinda do Ceagesp. Então a gente acaba tendo que bater de frente para alguns projetos que vai impactar no bairro e se não for agente articular esse embate, essa discussão, o poder público não vai fazer. (Thalita Duarte entrevistada em 22 de junho de 2018)

A força dessa união surge dentre outras coisas pela própria negligência por parte do Estado no oferecimento de serviços à população como afirmamos. A luta entra como forma necessária para que a população tenha atendidos os seus direitos, já que o poder público assim não o faz.

Se estabelece outra relação. Não com poderes que agem de cima para baixo, mas se configura de uma forma horizontal, como afirma Milton Santos. E isso ocorre porque estes indivíduos concebem outras possibilidades de relação com o lugar. Existe outra visão acerca do território. Não como um local de passagem ou local da onde se extrai interesses econômicos individuais, mas sim como território onde se congrega o diferente, que é múltiplo, que pensa a comunidade.

A gente tem este território, eu vou arriscar, mas não sei se está correto: a gente tem o território que é desafiador, que tem potencial, que tem conflitos, que têm disputas, mas que você pode congrega, sabe aquela coisa que Milton Santos tem que ele afirma, pensar em trincheiras, pensar em fortalecer a comunidade, que mexe com auto-estima, que mexe com o bem comum, que são os princípios do Queixadas. (Regina Bortoto entrevistada em 21 de março de 2018)

Deste modo, a questão da reapropriação da fábrica está para além de um uso do espaço para fins culturais, mas está em propor uma nova relação com o espaço de Perus. A cultura é apenas o meio, e a partir dela irá se reivindicar tanto outros direitos que são inerentes à população.

Então a compreensão é que a Quilombaque precisava pensar uma realidade mais sistêmica maior, e assim sim gerar uma capacidade de um modo mais geral e sistêmico. Então, a arte e cultura apesar da gente respeitar a sua capacidade necessária sabe que ela é um instrumento e não a finalidade. A finalidade é interferir na dinâmica como a cidade e vivida é gestada, como os poderes, as lutas, no território, essa luta tem ganhado cada vez mais adeptos na periferia. [...] Não faz sentido cada um com suas forças lutando em pequenos espaços. O sentido da força política é se junta. Nós lutamos por tudo. Compreende todas as questões necessárias para tecer um território onde todas as pessoas possam viver. (José Queiroz entrevistado por Jaques Pereira em 10 de julho de 2018).

A luta para que o espaço da fábrica seja usado em prol de oferecimento de cultura a população e memória da história Queixada não se restringe a isso, mas envolverá a luta por uma gama de tanto outros direitos que são negligenciados na periferia.

Destarte, não queremos afirmar que é apenas a história dos Queixadas que fomenta essa identidade da população de Perus. Pois, pelos diálogos que tivemos com os sujeitos, é a própria compreensão das desigualdades do ponto de vista espacial e histórico de modo abrangente que forma essa identidade. A partir do momento que os sujeitos passam a olhar como aquele espaço está destituído de serviços ou tem seu oferecimento de modo precário do que por lei é direito, bem como entender que a história local está marcada por uma relação de exploração e violência (genocídio indígena no território, repressão na ditadura, vala comum, desencadeamento de problemas ambientais em função de fatores econômicos e aí entra a questão da luta Queixada também) passa-se não apenas sentir um incômodo pelas injustiças do passado e mesmos atuais, mas também se desencadeia o sentimento de luta e enfretamento por parte da população. E a memória Queixada entra como um fator que potencializa a formação desta identidade. De forma que muito daquilo que é produzido no distrito, seja na música, no teatro, na poesia, na educação remete aos Queixadas, dada que a resistência proposta por estes no passado cria um sentimento de união e motivação nas novas gerações, na luta pelo reconhecimento dos seus direitos e da importância histórica do lugar onde vivem.

4 Da luta à memória pela luta ao Direito à Cidade

A luta protagonizada pelo Movimento pela Reapropriação da Fábrica Perus em prol de novo uso do espaço fabril, hoje abandonado, e pela memória da cultura operária pode ser relacionada com o debate que trata acerca do papel da memória na formação da identidade.

No discurso dos sujeitos vemos o quão a questão da memória operária e suas lutas é um dado de fundamental importância para construção da própria identidade atual. Sendo a memória Queixada tanto objeto de luta como um dado que permite a construção da identidade do cidadão e da cidadã peruense. Destarte, aqui nos proporemos a entender o quão a memória é um fenômeno que pode influenciar a mobilização dos indivíduos.

Em meio a isso como esta luta que inicialmente traz consigo muito a questão da memória e do espaço da fábrica, permite a união de diversos coletivos para discussão desse interesse comum. De forma que se constrói uma rede de articulação entre os coletivos e indivíduos no debate da fábrica, porém conforme a demanda que o distrito carece, tem-se levantadas outras questões que são inerentes a realidade do distrito (problemas relacionados à saúde, meio ambiente, mobilidade, etc.), de forma que a união e o diálogo entre esses coletivos e indivíduos se concebe inicialmente pelo debate da fábrica, mas da qual se aproveita as relações ali criadas para discutir outros fatos, que também são essenciais na busca por um direito a uma melhor qualidade da população de Perus.

4.1 A memória e identidade na luta social

Uma das formas que se manifesta essa luta dos coletivos está no direito à memória da luta operária Queixada e o resgate histórico feito pelos próprios ex-trabalhadores e seus parentes ou moradores do distrito. A partir dessas narrativas se vê a possibilidade de trazer à tona a importância dessa memória operária para história de Perus.

Pollak (1992) ressalta que a memória é um fenômeno constituído não apenas pela vivência do indivíduo diante do fato, mas naquilo que ele afirma serem “acontecimentos vividos por tabela” onde a participação do indivíduo nem sempre é efetiva, mas ocorre no imaginário deste por meio da socialização política e histórica, permitindo que ele crie uma identificação com o passado no estabelecimento de laços de pertencimentos. Instaura-se assim um sentimento de pertencimento que se consolida ao longo do tempo e se enraíza a partir das diversas manifestações na cultura dos indivíduos. Assim, a memória deve ser entendida não

como um fato isolado ou individual, mas sim enquanto uma construção coletiva que é submetida as transformações e flutuações ao longo do tempo.

Sendo a memória um fenômeno construído, herdado e compartilhado, ela possibilita dentre outras coisas que se instaure uma relação de pertencimento do indivíduo ou do grupo com o passado, consolidando um sentimento de coesão e coerência, onde mesmo com as diferentes coletividades, os grupos se unem na defesa daquilo que lhe é comum.

Memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si. (Pollak, 1992, p.204)

Porém, apesar desse potencial de união que a história pode possibilitar em função de uma valorização do passado ela também, na interpretação de Pollak, elenca como o Estado visa por meio de forma hierarquizadora e classificadora criar uma narrativa única. Desta forma percebe-se que a memória é um dado seletivo que muitas vezes tenderá a ser conformada para que se crie uma identidade comum contada. Tal fenômeno será chamado de enquadramento da memória, e é uma tentativa de afirmar qual lugar do indivíduo na sociedade. Assim, a negligência de narrativas subalternas é a consolidação da conformação de uma identidade do sujeito alicerçada por uma história hegemônica.

Destarte, a memória enquanto fenômeno que pode se instalar na essência do indivíduo não é um dado natural, mas sim uma configuração resultante de disputas e conflitos políticos onde grupo específicos buscam selecionar e determinar aquilo que será considerado verdade. Desta forma, Pollak afirma que a memória possibilita diferentes narrativas e a sua disputa está justamente vinculada a conformação da identidade do sujeito e na organização da vida social.

E justamente pelo potencial que a memória tem, que Todorov pensa que devemos problematizar como ela é apropriada pelas instituições. Assim, entender a memória nos possibilita a pensar como ela é apropriada e influencia no presente.

Para isso o próprio Todorov aponta o uso da memória de duas formas, elencando de “bons usos” e “abusos” da memória. O autor relata situações em que a memória é trabalhada – ou no seu dizer, abusada- de forma a trazer contribuições mais negativas que positivas nas sociedades. Porém em contraponto: o bom uso da memória. Quando aquilo que ocorreu no passado pode possibilitar uma transformação do presente. A partir dessa possibilidade, Todorov propõe o conceito de memória exemplar. Essa memória exemplar é contrária a memória literal (uma memória que simplesmente se conforma com aquilo que está posto). Na memória exemplar, o passado se constitui em um princípio que permite potencializar transformações no

presente. Pois a partir do momento que o sujeito se depara com as contradições históricas essa memória dá um potencial de constituição de sua identidade, permitindo que este reflita sobre o presente a partir do passado e não apenas encare àquilo que é contada pela memória oficial como a verdade que deve definir sua identidade.

El pasado se convierte portanto en principio de acción para el presente. En este caso, las asociaciones que acuden a mi mente dependen de la semejanza y no de la contigüidad, y más que asegurar mi propia identidad, intentó buscar explicación a mis analogías. Se podrá decir entonces, en una primera aproximación, que la memoria literal, sobre todo si es llevada al extremo, es portadora de riesgos, mientras que la memoria ejemplares es potencialmente liberadora (Todorov, 2000, p.31)

A memória exemplar estaria assim ancorada na possibilidade do indivíduo entender as injustiças do passado para lutar pela justiça no presente. Ela não faz com que identidade desapareça, mas através de uma generalização limitada permite que o indivíduo pense as semelhanças e diferenças de sua história de dominação em relação a outras narrativas e tome iniciativa na luta pelos seus direitos.

Assim, a memória é um elemento que permite que indivíduos pensem sobre o presente a partir daquilo que ocorreu no passado, de forma que ele não simplesmente aceite situações de injustiças, mas possa ser motivado a transformar a realidade que vive. É justamente nisso que reside o potencial da memória operária Queixada.

A vida de resistência dos Queixadas tem inspirado a juventude a não aceitar as condições dadas e sim se mobilizar por aquilo que considera seus direitos. Justamente a consolidação de um Centro de Memória ao Trabalhador, mais que uma homenagem aos trabalhadores queixadas permite que a história de luta desses operários seja reconhecida oficialmente e venha a inspirar as novas gerações a lutarem por seus ideais e direitos, pois a memória tem a capacidade de potencializar o desejo, de transformar o presente.

4.2 O direito ao patrimônio a conscientização política

Uma possível manifestação concreta que dá forma a esse debate da memória é a questão do tombamento do patrimônio. Segundo Scifoni (2013), patrimônio é mais do que um mero dado de valor estético e artístico, mas aquilo que permite distintas narrativas, um diálogo existencial com o sujeito, dando diferentes significados e sentidos ao que os grupos atribuem como bens culturais. O patrimônio é assim um reconhecimento de uma manifestação da memória gerando possibilidades de que o sujeito construa sua identidade.

Diante de toda sua relevância, o patrimônio passa a cada vez mais fazer parte das pautas dos movimentos sociais, passando a ser visto como um elemento que promove relação afetiva e identitária entre os sujeitos e não simplesmente um dado institucionalizado, os movimentos começam a questionar a sua instituição legal deste e problematizar aquilo que as instâncias governamentais delegam como patrimônio. Com isso, se configura a luta por novos direitos no campo do patrimônio, entendendo que este permite pensar o patrimônio como um direito que está diretamente ligado ao cotidiano de toda a sociedade e não de um privilégio de poucos.

Destarte, as mobilizações pelo patrimônio neste sentido buscam que este não seja absorvido pela lógica hegemônica da produção do espaço, sendo o tombamento uma das formas de proteção à memória e resistência frente ao capital. De forma que, as lutas organizadas por estes coletivos implicam em ir contra a visão do patrimônio enquanto uma mercadoria.

O patrimônio é um campo de tensões entre interesses antagônicos, na qual existe que visam a consolidar ainda mais como forma de segregação socioespacial na busca de uma justificação da lógica hegemônica -usando como alibi para processos de expulsão dos mais pobres de determinados espaços- e aqueles que lutam para que o patrimônio seja uma herança socialmente compartilhada.

A luta dos sujeitos da preservação evidenciam no patrimônio a tensão entre o público e o privado, na medida em que a sociedade busca com o tombamento garantir que o interesse público prevaleça sobre a lógica que vê o espaço da cidade como mercadoria. (Scifoni, 2013, p. 54)

São praticadas diversas formas de resistência como abaixo assinado, manifestações públicas, elaboração de pareceres e pressão política, muitas vezes se visando à concretização do bem em patrimônio. Essa concretização pode ocorrer com a transformação desse patrimônio histórico em um bem tombado. O tombamento se torna então uma estratégia de proteção deste patrimônio justamente no sentido de permitir que os espaços da cidade atendam a função de valor de uso e não sejam tragados pelo capital, se tornando valores de troca. Assim se firma uma forma de resistência que caminha no sentido de integrar o patrimônio à vida cotidiana das pessoas e das cidades, possibilitando resgatar o direito à memória e apropriação deste espaço.

O TICP é um elemento que representa essa luta da população frente ao privado. A formulação do TICP expõe a capacidade que as populações têm de discutir a nível técnico os seus direitos, podendo inclusive lançar os elementos para a criação de uma lei e enfrentar os interesses privados no campo da lei.

Outro caminho para o enfrentamento desta luta pelos movimentos sociais tem sido da educação. Uma forma comum de manifestações no âmbito educativos são os projetos que as

escolas da região têm voltadas para trabalhar com a fábrica. Assim, desde cedo os coletivos e professores engajados buscam estabelecer essa ponte entre as escolas e a fábrica, através de projetos e atividades artísticas (o teatro, as trilhas). Essas experiências educativas visam transmitir a importância dos objetos dos cotidianos, os ressignificando e possibilitando novas formas de ver a cidade.

Se passa reivindicar, que embora historicamente o patrimônio tendeu-se a se constituir enquanto fruto da ação estatista, o patrimônio na verdade, deve ser dado como uma construção social. Ele não pode ser simplesmente aceito sob uma versão hegemônica do espaço que permitiria a reprodução da história de sujeição política, mas deve ser enfrentado como construção social que é fruto das reflexões lançadas pelos sujeitos.

Em todo esse debate vemos que através da luta pelo reconhecimento do bem tombado é possibilitado aos sujeitos o reconhecimento dos seus direitos nas mais amplas escalas. Pois, o reconhecimento do patrimônio é assim um direito reivindicado pela população, entretanto a luta não se limita a isso com afirma a própria gestora cultural Thalita Duarte, porém a convivência que é gerada como consequência da luta pelo patrimônio gera união entre os coletivos que passam a se organizar para reivindicar os mais amplos direitos inerentes a população.

4.3 A luta pelo Direito à Cidade

A história da luta Queixada permite a formação desta identidade comum entre diferentes coletivos, permitindo vínculos entre esses. Com o passar do tempo, a história pela reapropriação da fábrica se desdobra para a história de uma nova possibilidade de produção do espaço da cidade. A cidade deixa de ser vista como mero lugar de passagem para ser como local onde os indivíduos estabelecem relações sociais. E assim, entramos naquilo que Scifoni relata acerca do direito à cidade partir da obra de Lefebvre:

Trata-se, portanto, daquilo que Lefebvre (2001) chamou de ‘direito à cidade’. Não se deve entendê-lo restringindo seu sentido apenas ao acesso aos bens de consumo coletivo na cidade, como se tratasse exclusivamente de atendimento de necessidades individuais e básicas. O direito à cidade compreende a vida urbana renovada e transformada contemplando aquilo que lhe é mais peculiar: a coexistência, a simultaneidade, as trocas sociais entre os diferentes, a sociabilidade. Mas representa também o encontro com a necessidade da atividade criadora, a obra, que não se cumpre apenas com a indústria cultural e os equipamentos comerciais de cultura. Não se trata disso.

O direito à cidade implica na prioridade do uso e do valor de uso, na cidade produzida e usada como obra, com a arte restituindo o sentido de obra, o que não se confunde com a presença dos equipamentos culturais e de produtos culturais. Significa a

produção da cultura e arte como inerente à produção da cidade e não como universo à parte e como fragmento. (Scifoni, 2013, p. 524)

É neste sentido que caminha a luta do movimento na perspectiva de que a não só a fábrica seja apropriada pela população, mas que uma nova relação de apropriação da cidade seja proposta por este espaço e que ela se irradie para todo o território.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos; com efeito, a obra é valor de uso e produto valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (Lefebvre, 2001, pg. 4)

Destarte, se busca permitir maior possibilidade de acesso não apenas restritas a cultura na periferia ou direito a memória, mas com relação a uma gama de direitos que o sujeito possa exercer a partir do uso do espaço em sua totalidade, com o local não sendo concebido como uma mercadoria, mas um meio que possibilita novas relações com cidade nos mais amplos aspectos.

E tudo isso iniciado com a questão da memória, na luta pela memória Queixada como por esta, contribuindo na construção de uma identidade peruense. Porém que com o passar do tempo, deixa de ser o único foco de reivindicação, tendo-se como verdadeira pauta melhoria das condições de vida no local, com tal fato ocorrendo com o debate da fábrica promovendo uma aproximação inicial entre os coletivos e o indivíduo criando possibilidades de se estabelecer uma rede de diálogo que propõe e pensa melhorias para Perus em sua totalidade.

De forma que, para além da memória Queixada, outras questões também são resgatadas por esta população (a ditadura e a questão da vala comum; os problemas ambientais na região, as desapropriações indígenas) com a história sendo trazida à tona pelos coletivos na suas produções culturais artísticas (teatro, hi-hop, grafite, etc) entendendo os processos de exploração capitalista do passado e contribuindo para o desejo de lutar pela não perpetuação desses processos no presente e no futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir daquilo que foi apreendido por meio deste trabalho pode-se entender mais detidamente acerca das questões que envolvem a Fábrica de Cimento de Perus. De forma, tanto a se ter uma compreensão histórica desta, quanto os debates atuais que se tratam dela tudo isto articulado dentro de debate que envolve a o distrito, a metrópole, a luta dos sujeitos, enfim, as múltiplas relações que se estabelecem e se articulam.

O uso do espaço da fábrica para o cumprimento de ações de caráter sociais sobretudo relacionado à cultura, é um dado já formalizado pelas instâncias governamentais. Entretanto mesmo havendo esse reconhecimento legal, não há um cumprimento efetivo dessas medidas institucionalizadas.

Disto vemos a contínua luta da população pela reapropriação deste espaço da fábrica visando que tal espaço promova direitos relacionados a memória e cultura sobretudo para população jovem, em vista da existência de poucos espaços oferecidos pelo poder público no oferecimento de cultura.

Daí entendermos a atualidade e necessidade da organização dos sujeitos na retomada desse espaço. Porém, aquilo que se torna mais interessante são os resultados que emergem do processo de reapropriação deste espaço fabril. Pois, mesmo o Estado sendo omissos no que tange à cultura e outros direitos a própria população, emerge na busca da efetivação destes. A população, os coletivos produzem cultura, os mesmos geram novas possibilidades na periferia, seja com relação à geração de renda, a capacitação, a informação, formação cultural cidadã diante da ausência. Em muitas dessas ações tomam como base a memória operária (e não só está como também outros aspectos como a vala comum, a exploração de territórios indígenas, etc.); enfim, a luta pela fábrica contribui que as lutas exercidas pelos sujeitos sempre retomem a memória sendo que através dessa se entenda como historicamente se produzem a desigualdade, a exclusão e a injustiças.

Ou seja, a partir da fábrica e outros fatos importantes presentes na própria história de Perus, se tem um fio condutor para entender a realidade sistêmica em que se vive, e partir disso tomar ações empíricas no território para que o presente e o futuro não se estruturam de modo desigual, excludente como o passado.

Tomando a questão da memória e do uso da fábrica, como alicerces no debate e mesmo na promoção da união entre os sujeitos, mas que tende a se ramificar para a gama de direitos que são negligenciados na periferia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. de. **Perus e a transformação do Espaço na Metrópole Paulista**. 2011. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2011

BEZERRA, P. A B. **Formas de resistência na periferia de São Paulo: o bairro de perus e a força da memória nos movimentos sociais**. 2011. 60 f. Trabalho de Graduação Individual (Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. **A reprodução do espaço urbano na periferia da metrópole e o discurso da sustentabilidade como estratégia de valorização: uma análise crítica do projeto do Parque Linear Ribeirão Perus**. 2017, 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHAVES, M. A. **Perus dos operários na construção de São Paulo (1925 – 1945)**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012. 252p.

COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE. **Usina de criatividade e elaboração**. 11 de julho de 2014. Disponível em: <http://comunidadequilombaque.blogspot.com/>. Acesso em: 18 nov. de 2018

CONDEPHAAT. **Resolução SC n.56**, de 13 de dez. 2000. Resolução de tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora, no Município de São Paulo.

CONPRESP. **Processo n. 1989-0.002.597.0**. Abertura do processo de tombamento da Fábrica de cimento de Perus Portland.

CONPRESP. **Resolução n. 19/2004** de 30 de novembro de 2004. Resolução de revisão do tombamento da Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, localizada na Suprefeitura de Perus, definido pela Resolução n. 27/1992, de 11 de set. 1992.

CONPRES. **Resolução n. 27/1992**. Resolução de tombamento como bens de interesse histórico, social, arquitetônico e tecnológico da Quadra 007, Setor 187, localizada no Distrito de Perus.

ESTADÃO. **Rodovia Bandeirantes completa 365 anos**. 27 de out. de 2013. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/padrejosedeanchieta/index.php?p=5572>. Acesso em: 28 de out. de 2018

ESTRADA DE FERRO PERUS PIRAPORA. **História**. Disponível em: <<http://efperuspirapora.blogspot.com/p/historia.html>>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Funcionários revelam que encontram a vala comum de perus**. Disponível em: <<https://mural.blogfolha.uol.com.br/2014/04/01/funcionarios-revelam-como-encontraram-vala-de-perus-que-recebia-mortos-pela-ditadura/>> . Acesso em: 27 de set. de 2018

LANGENBUCH, J.R **A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971. 354p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MOVIMENTO FABRICA DE PERUS. **Histórico da fábrica**. Disponível em: <<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/historico/as-greves/>> . Acesso em: 18 de outubro de 2018

JERONYMO, V. **Conflito, impasses e limites na preservação do patrimônio cultural paulista: o caso de “Perus” (CBCPP)**. 2016, 280 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Urbanismo e Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5 a 10, 1992, p. 200 - 212

_____. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v2. n.3, 1989, p. 3 – 15

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Geosampa.** São Paulo. Disponível em <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx> Acesso em: 17 de abril de 2018.

_____. **Aterro Bandeirantes e São João.** São Paulo, 8 de nov. 2012. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/comite_do_clima/c40/iniiciativas/index.php?p=47655>. Acesso em: 8 de set. 2018

_____. **Secretária de Cultura.** São Paulo, 10 nov. 2008. Disponível em
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/padrejosedeanchieta/index.php?p=5572> Acesso em: 03 de abril de 2018

SANTANA, D. **Do IGEPAC ao Território de Interesse da Cultura e da Paisagem.** 2017, 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Lucio Costa/CLC-IPHAN, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

SÃO PAULO. Lei no 16.050, de 31 de julho de 2014. **Política de Desenvolvimento Urbano e do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº13.430/2002.** Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2018

SCIFONI, S. **Inventários Participativos como direito memória e ao patrimônio cultural.** Anais do V Seminário internacional arquivos de museus e pesquisa. São Paulo: IEB/MAC/USP, 2017.

_____. **Patrimônio Cultural e Lutas Sociais.** Espaço & Geografia, Vol.16, No 2 (2013), 517:530 ISSN: 1516-9375

SIQUEIRA, E. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)** 2001. 230 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2001.

_____. **Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. 2009. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009

TODOROV, T. **Los abusos de la memoria**. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

APÊNDICE

Entrevista com Regina

Regina Célia Soares Bortoto

Nascida em Perus em 1962

Diretora Aposentada formada em Educação Infantil e Língua Portuguesa

1- Como surgiu o interesse pela Fábrica?

- Avós vieram do interior de São Paulo e de Minas Gerais para São Paulo em busca de trabalho e trabalham na fábrica. Com o passar do tempo alguns tios chamam seus pais para morar em Perus devido a oportunidades que tinha na região em com o advento da Fábrica de Cimento
- Foi envolvida primeiramente pela igreja e depois pelos movimentos sindicais. Assim desde pequena ela está envolvida com grupos organizacionais e partir dos 14 anos se relaciona mais diretamente com a Fábrica. É algo quase que “geracional”.

2- Como você acha que a juventude tem conhecimento da Fábrica?

- Há três décadas que se luta pela desapropriação. Em 2014 alguns jovens se juntam dizendo que a Fábrica deve ser reapropriada. Porém o que sempre se lutou foi a desapropriação e transformação dela.
- **A ideia hoje é transformar a fábrica em Centro Cultural que é meu foco - e nisto hoje estamos alimentando a juventude com este sonho bem como os novos moradores que chegam. Há inclusive um trabalho direto com escolas e os coletivos culturais que têm a fábrica como um fio condutor. Pois hoje Perus tem se transformado em Periferia.**
- Perus é dividido em Anhanguera e Perus. O povo do Anhanguera, que é o Morro Doce é cortado e pertence teoricamente a Perus mas ele não se sente Perus é mais ligado Lapa e outras questões.

3- Você é professora ?

- Está aposentada do cargo de professora/diretora e atualmente trabalha com a formação de professores

4- Quais suas expectativas sobre a Fábrica ?

- Ela se diz uma pessimista-otimista. Que vê sonho da fábrica cada vez mais distante. Tendo poucas expectativas na gestão atual da prefeitura, pouco diálogo.
- Há na sua opinião muitas boatos e coisas veladas. Projetos de empreendimentos, Shopping Cultural. Houve até a cogitação da venda da fábrica para o governo, podendo-se se fazer uma gestão partilhada, mas nada que avançou
- **O Movimento hoje tem trabalhado muito com o conceito de TICP. A ideia de território é algo cada vez mais presente. Entretanto, não é algo que está regulamentado. Hoje se dá impulso para a ideia de Centro de Memória.**

- Porém de um modo geral é como se revisitasse coisas que não saem do papel.

5- Como foi o TICP ?

- **Isso começa com trabalho do Professor da FAU Euler Sandenviller que conhece o Quilombaue. A partir disto é feita uma proposta pelo professor de um disciplina que seria pensada coletivamente tendo como palco a Fábrica de Cimento.** Era algo aberto e multidisciplinar. Onde se pensava a fábrica conectada com a região.
- Foi um momento muito importante onde a população demonstrou que poderia tratar da discussão ao nível técnico.
- Porém muitos dos avanços dependem da gestão que está operando. Por exemplo, houve avanços na gestão Erundina que era uma gestão mais aberta a discutir sobre isto.

6- Não se teve avanços no TICP ?

- Não foi regulamentado. A história dele é interessante pois foi pensado no conjunto.
- **O que eu entendo por território (Regina):**

A ideia agora é que a gente pudesse rearticular e restabelecer esta questão de que território é este. O que eu entendo por território, né ? Uma coisa é você ser de repente um bom empresário da área de gastronomia, por exemplo, você tem restaurante, você tem território como um território que vai captar recursos para os donos e o proprietários, por exemplo, de uma rede de restaurantes... pensa no bexiga onde eu tem um monte de proprietários de pizzaria, vamos pensar assim. A gente não entende o território onde a economia ela, ela... prevaleça, a gente pensa numa economia gratificante ,a gente quer pensar no desenvolvimento, no desenvolvimento cultural, educação não é juntar um grupinho para pleitear um dinheiro para desenvolver meu setor. A ideia não é essa, eu trabalho em um teatro, por exemplo, a ideia não é desenvolver um projeto para fazer um peça de teatro para meu grupo, a ideia não é essa. **A gente tem este território, eu vou arriscar mas não sei se está correto: a gente tem o território que é desafiador, que tem potencial, que tem conflitos, que têm disputas, mas que você pode congrega, sabe aquela coisa que Milton Santos tem que ele afirma, pensar em trincheiras, pensar em fortalecer a comunidade, que mexe com auto estima, que mexe com o bem comum, que são os princípios do Queixadas.**

- Disto exige uma relação com a Academia. Daí o conceito de Universidade Livre e Colaborativa (ela disserta como foi)
- O Território conecta estes grupos . A gente faz o território. Grupos como Quilombaue e Pandora traz nova visão do que é território.
- **Para isto deve haver fomentação de bolsas para manter o uso/manutenção do território**
- Tem que pensar na fábrica construído cimento e adentrando na história do trabalhador. Ela irradia o território.
- Ela fala um pouco sobre Abdalla, Dr. Mário e a história da luta Queixada.

- Eu tenho essa visão como moradora. Assim é contada a narrativa como quem teve que as consequência de lá como o cimento caindo na cabeça.

7- Como entra a Educação neste caso ? Se tem havido uma relação com as escolas ?

- Ingressa em concurso numa escola que é colada na fábrica e os alunos eram frequentadores da Fábrica
- **Nós pensamos em Paulo Freire que trabalha como temas geradores. A Fábrica é material didático. Um recurso que usei quando professora. Se trabalhava com a Fábrica com frequência. Era possível relacioná-la com várias disciplinas.**

Em 90 nós ingressamos no concurso eu e mais uma gente do PT e demos sorte de cair numa escola perto de onde que morava. Eu morava aqui e a escola era ali, colada na fábrica. E a escola fica na mesma vila e os alunos ali eram todos frequentadores da fábrica, iam brincar ali, tinham parentes que trabalhavam, o avô ou pai, ou seja, **a fábrica vinha para dentro da escola a gente querendo ou não.** E como a gente sempre pensou como educador o que o aluno entende, o que ele traz por território -a gente sempre foi muito coladinho com o Paulo Freire adepto daquele que diz assim: se envolva com a comunidade- nós éramos da comunidade nós tínhamos essa vantagem , a gente sempre trabalhou com temas geradores. (...) **a gente sempre teve a fábrica como um material didático e aí a gente foi entendendo que era mais que um material didático , trazia conhecimento ali**, a gente ia ensinar geografia por exemplo, ia da rua , o bairro e aí a gente ia saindo das esferas onde quisesse , então era fácil para gente usar a fábrica como este recurso ... **hoje eu diria para você que as escolas municipais. eu diria arriscando, que as escolas trabalham na fábrica com regularidade e frequência.**

- Relacionar isso com a ambiental, desenvolvimento do Estado.
- Relacionar isso com Questão Patrimonial em 80/90 ganhando força com a gestão Erundina
- Ela indica pessoas que eu posso consultar (, Quilombaue, Pandora, como coordenador da biblioteca).

8- Quanto em quanto se reúne o movimento ?

- Movimento é um guarda chuva que reúne vários coletivos diversos.
- Ela relata algumas experiências e depois fala como o Movimento é dividido em termos de frentes:

Grupos de Formação (estudar os projetos. Ex Estudar Ambiental para falar do Ferroanel)

Articulação (articular cultura e escolas)

Mapeamento (atualização do banner do TICP, como se fosse um inventário)

Comunicação (alimentar redes sociais)

10 - Os novos projetos são negativos ou positivos ?

- Ceagesp merece ser problematizada
- É difícil pensar esse problema de saúde e infraestrutura
- Ela critica estes empreendimentos
- O problema do aterro e como Perus era vista (como lixão de SP)
- Ninguém fala das partes ruins destes projetos pois sempre há desrespeitos aos mais pobres.
- A questão é para quem ele é feito e por que ele é feito ?
- Questão da Ceagesp na Vila Leopoldina, por exemplo, tá ligada a gentrificação. Com ricos lucrando mas ninguém pensa no povo que mora em Perus

11- Tem documentos ou está no campo da especulação ?

- Me indica conversar melhor com Mário sobre o assunto
- Mas acredita que de um modo geral essas mudanças não favorecem os moradores de Perus

12- Como você vê a condição periférica de Perus hoje ?

- Um caos. Há o aumento da população mas não melhora nada.
- Perus ainda é um bairro dormitório.
- Tem uma área verde per capita considerável por pessoa.
- Linhas de ônibus são velhas.
- Precariedade da centralidade.
- **Não existe chamariz para os jovens estarem lá, a questão cultural é ruim (não tem cinema, teatro) Tem poucas oportunidades. Porém ainda sim há um vínculo de afetividade, de identidade, de pertencimento que os jovens buscam .**

3 - Em termos de coisas boas que um jovem gosta de estar lá, quase não existe, a não ser o CEU que eu não sei como está a gestão agora. Dependendo do governo que **está você não tem as coisas que tinha como era antes: não tem cinema não tem teatro, tudo que tem são o que os coletivos culturais que fazem,** então o que tá em Perus... quando tinha um campinho de futebol para brincar eles transformam em um conjunto habitacionais. Isso cresce a galope, todo lugar que tinham lá eles estão construindo, construindo. Mudaram a verticalidade do bairro, já tem predinho de nove andares, essa lei de zoneamento... em minha opinião não é fácil morar aqui, os jovens que moram aqui sofrem... mas gostam né, isso é que curioso, quem nasce no lugar gosta lugar, não estou romantizado, não é um romance, **mas você cria um vínculo tão grande com bairro,** eu mesmo saí do bairro em 2007. Eu não moro lá desde 2007 mas minha vida é lá, eu não consigo viver em outro lugar, eu não conheço as pessoas no lugar onde eu moro, **o meu vínculo afetivo é lá, as pessoas que eu me reconheço estão em Perus.** (...) É uma relação de raiva e amor.

- Ela faz uma relação do Centro e Periferia e a questão do pertencimento.
- Hoje você tem menos militância que antes. A igreja que tinha papel central perde sua força, já não há mais a participação das CEBEs há também uma frustração político partidária.

Entrevista com Mário

Mário Sérgio Bortoto

Nasceu em 1957 em Perus

Engenheiro Químico

1- Da onde vem sua relação com Perus ?

- Sempre estudou em Perus na infância porém na época da faculdade tem que sair para o Centro da Cidade.
- 1979 Ingressa na faculdade e se intera com movimento sociais. Na época se contexto de ditadura e grande efervescência política no país.
- Em 1980 ajuda o funda o PT na região de Perus
- Começa a se envolver em alguns trabalhos culturais como Centro Cultural Ajuá
- Passa por movimentos sociais. Se torna prefeito regional por algum tempo. Ajuda na elaboração do plano de modernização do bairro.
- Cita sobre o movimento que se põe contra o aterro .
- Atualmente ele trabalha no gabinete do vereador Toninho Vespolli do PSOL, atuando como uma ponte entre o bairro e a Câmara

-Cita o TICP que é uma proposta de gestão do território.

- Na época se pensava em três grupos:
 - A) Movimento Pela reapropriação da Fábrica**
 - B) Movimento para reativar Perus Pirapora**
 - C) Parque Anhanguera**
- A questão da Fábrica ganha mais força. Vigora a junção de coletivos para se transformar a Fábrica em um Centro de Cultura. Isso vem com Euler Sandeviller que traz a discussão ao nível mais acadêmico.
- A partir de agora se pensaria as regiões de Perus, Anhanguera, Jaraguá e Perus a partir dos eixos do **Meio Ambiente, Cultura e Educação.**
- Na parte Ambiental há áreas como Parque Anhanguera, o Rio Juqueri, o Parque Linear Ribeirão Perus que são foco de discussão.
- Se discute a Cultura da Periferia crescente, sobretudo com o genocídio da população negra.
- Na Educação tem-se as escolas fazendo um trabalho diferenciado com a história de Perus

2- Então o interesse pelas questões do bairros veio com a faculdade ?

- **O interesse pela questão dos problemas de Perus adveio quando este ingressou na faculdade e teve novos contatos políticos e sociais. Ou seja, a partir de novas experiências no período da faculdade veio interesse pelo bairro**
- Infelizmente o brasileiro vê que sim há problemas porém também há potenciais. Acaba que não se tem o pertencimento a visão de potencial.
- Hoje ele atua na área da saúde, no TICP, em estudar projetos que tem para o bairro mas que a gente não sabe se vai acontecer : Ceagesp, Ferroanel

3- Como é a qualidade de vida em relação ao oferecimento de serviços?

- Até o anos 70 tinha equipamentos de cultura. Tinha dois cinemas, que fecharam , os cinemas foram para o shopping. Tinha o Portland Futebol Clube. Se perdeu
- Nos anos 1970 se fechou tudo. O bairro ficou destituído de Cultura.
- **O que se quer é a possibilidade de ser ter cultura dentro do bairro**

E por falta de grana as pessoas também não vão pra fora , então a gente quer desenvolver a cultura, o esporte, o lazer para que as pessoas tenham possibilidade de frequentar no seu próprio bairro, se as pessoas querem ir para outros lugares no centro tranquilo , mas para que as pessoas tenham possibilidade de frequentar, espaços que estejam próximos do bairro.

4- Além disso tem outros aspectos da qualidade de vida que precisa se melhorar ?

- De um modo geral sempre foi precário. Por exemplo, o transporte sempre foi focado no trem, a saúde pública é ruim, não tem saneamento básico. A qualidade de vida não é das melhores.
- Além disso, não existe uma representação política de Perus que faça força no legislativo

O problema é que estamos tão longe do centro que **não existe uma representação parlamentar no bairro.** Então, na época da eleição os candidatos vêm aqui e somem depois da eleição. **Então o bairro não tem uma força política do legislativo. O que tem são esses movimentos sociais.**

5- Ferroanel/Ceagesp são especulações ou está certo ?

- Ainda é especulação. Tem uma empresa que comprou um lote enorme Caieiras e Perus e fez um projeto para construir um entreposto chamado NESP.
- Basicamente ele explica este projeto do Ferroanel. (...)
- O governo do Estado apresentou a proposta de quatro áreas para se construir. Um delas é Perus. E em Perus há toda uma condição boa. Tem bom acesso de transporte. Com a CPTM e a Rodovia Bandeirantes. (fazendo intermodal)

6- Mas iria ter muito impacto para a região ?

- Sim, estes entrepostos causam grande impacto.
- Porém tem que se pensar os impactos que isto traria : ambiental. de trânsito, caminhões, infraestrutura.
- Porém não haveria impactos benéficos. Os benefícios só existem para os lugares que estão a frente de Perus . Trens de carga vão continuar passando em Perus.
- Mário chegou a propor um projeto onde haveria menos desapropriação e onde Perus seria mais beneficiada

- Tem projeto tanto do governo federal como da MRS.

7- Eles estão juntos todos estes projetos ?

- A princípio não estão juntos mas podem se convergir em algum momento

8 - Como que fica a questão especulação imobiliária ?

- Maioria dos loteamentos do bairro são irregulares;
- Até 2001 os loteamentos eram estruturas de até (3 andares). Em 2014 muda o Zoneamento e Perus se enquadra na área de Zoneamento de Reestruturação Metropolitana. Daí o setor especulativo olhar para Perus.
- O bairro é favorável pelas condições de transporte que oferece Ferroanel, Bandeirantes e Anhanguera. Se torna a mais promissora pois a Zona Leste está saturada enquanto a Zona Sul e a Zona Norte tem empecilhos ambientais.
- Não sabe se é do proprietário ou alguma empresa que comprou mas há o projeto de construir 5000 moradias em Perus. Porém o bairro tem muitas demandas básicas.
- Projeto tá parado no Conpresp (b
- Tem que ver se as moradias não causam impacto na paisagem
- Se está avançando empreendimentos grandes, antes eram só CDHU e COHAB (muda a partir 2014)
- **Loteamento irregular** - Ele explica como eram os processo de repartição. Se dividia em lotes grandes se vendiam para “associações” que fatiava e vendiam em lotes menores. Não há dados de loteamentos regulares nos últimos anos

9 - Como você tem visto a mobilização dos jovens ?

- Há toda uma questão de como se construiu isso. Ele fala acerca da luta dos Queixadas. A família Abdalla. Mário Carvalho de Jesus
- A própria questão da ditadura da preservação da memória
- Trilhas do Quilombaque - da ditadura; tem cavas de ouro; Tem sítio arqueológico do pré colombiano. Enfim , o bairro tem uma **memória** que precisa ser preservada
- **Isso é apropriado pela gerações antigas que buscam passar para os mais jovens**

E a gente enquanto morador se apropriou desta história e nós queremos transmitir essas histórias para novas gerações, das pessoas que foram criadas e cresceram aqui, mas das novas também. Então a **gente faz trabalhos nas escolas para as pessoas que vierem morar para cá a pouco tempo também se apropriem desta história e memória para que elas possam lutar pela melhoria do bairro. (...) O bairro tem uma memória que precisa ser preservada.**

- Trilhas do Quilombaque - da ditadura; tem cavas de ouro; Tem sítio arqueológico do pré colombiano. Enfim , o bairro tem uma **memória** que precisa ser preservada
- Até hoje tem quatro pedreiras que impactam o bairro.

- A Fábrica também foi marcada pela luta ambiental. A fábrica não tinha filtro e era-se expelidos toneladas de material particulado no ar. Levava a complicações de saúde da população.
- **Foi uma das primeiras manifestações pelo meio ambiente no Brasil. Movimento - Pó de Cimento Esmaga Vida**
- Falta de investimento impediu que a Fábrica avançasse. Ainda hoje a Fábrica é pertence a Abdalla. Mas ele não cuida. É tombado só que tá sofrendo ação pública.
- Já se tinha ideia de uso público da fábrica na gestão dos Queixadas. Aumenta esta expectativa como fechamento da fábrica e a gestão Erundina.
- DUB - porém este processo caducou

11- Você está desde o começo do movimento ?

- Sim ele está desde o começo

Ter dentro do espaço da Fábrica atividade de cultura, de lazer , teatro, cinema, dança, equipamentos né? ... Espaços onde a gente possa levar a juventude, dar oportunidade para a juventude, tirar a molecada da ruas, das drogas , além do que é possível você fazer um Museu da Fábrica que tem muito material espalhado com moradores, fotografias , filmes, peças, além de trabalhos acadêmicos feitos com o tema da Fábrica. E o Museu da Ferrovia Perus- Pirapora.

- **Dá novo uso a Fábrica. Se reativar a Ferrovia. Melhora o Parque você gera o desenvolvimento e emprego no bairro. Sobretudo através do turismo.**
- Projeto para o Estado e geração de emprego na região.

12 - Como que o Movimento tá se organizando ?

Então o Movimento faz reuniões no bairro aqui, para sensibilizar a população e a região do território, **mas também procura levar esta proposta para a cidade: que as pessoas conheçam essa proposta e a gente possa fortalecer essa ideia e que outros bairros também pensem na possibilidade de TICP.** Então movimento tem feito esse trabalho. E agora a gente tem feito este trabalho de dividir o território todo em distritos apresentando esta proposta do TICP

13 - Fala sobre o mapa e a questão ambiental

- Há a construção de piscinões que tem chamado de reservatórios.
- No Plano Diretor tem o Parque da Luta dos Queixadas que seria uma forma de compensação do Parque Linear, pois muitas vezes se pensa no Parque Linear mas se desconsiderando o social pensando só no ambiental.

14 - Como você pensa o futuro de Perus ?

- A gente não sabe o futuro, mas conhece o passado. E temos que tomar cuidado para como será o futuro

- **Entrevista no Grupo de Teatro Pandora**

Thalita Duarte

1989, SP (criada em Cajamar)

Arquiteta, atriz e gestora cultural mora no bairro a cerca de 6 anos.

1- Como você conheceu Perus ?

- Conheceu Perus através do grupo Pandora na apresentação da peça “A Revolta de Perus”. em 2010. Em 2011 entra como produtora do Pandora. Sendo que o Grupo Pandora se sustenta partir do financiamento do Edital de Fomento ao Teatro - que foi conseguido inicialmente através do projeto e realização da peça o Relicário de Concreto (peça baseada na história da Fábrica).
- A partir da pesquisa para realização desta peça ela se intera com a história de Perus. Assim ela, conversas com Elcio Siqueira, tem contato com a memória oral, participa do Ato o Artístico Cimento Perus.
- Desde de 2012 houve 4 atos que buscam reativar a Memória de Perus.
- Atriz/Gestora - Desenvolveu: teatro, memória e território (peça que vai falar da história do bairro)

2 - Como é a estrutura/organização do Pandora ?

- Espaço público que foi ocupado. Que é a sede deles mas também recebe outros grupos.
- O Pandora atualmente é formado por oito membros.
- Tem no mínimo uma apresentação por mês, sobrevivendo pelo patrocínio que é subsidiado pelo Projeto Fomento ao Teatro.
- Maioria são jovens de 18 até 37 anos que moram em Perus.
- A sua Fundação data de 2003.
- Na Ocupação Canhoba tem capacidade é de acolher até 30 pessoas.
- Apresenta-se no Centro de São Paulo também, não apenas na Ocupação Canhoba;

3 - O que você vê do Movimento hoje ?

- Mesmo não nascendo lá, ela afirma que a história dos Queixadas inspira, você se sente pertencente lá, você se apropria.
- **Os movimentos culturais de Perus geralmente se vinculam a história queixada**

Então, mas Perus tem uma história de vida tão bonita e sei lá... você se envolve para caramba. Eu me sinto como se fosse daqui. A gente acaba se envolvendo mesmo. Você fica ativa pela história da fábrica pela história de lutas. E como essa história dos Queixadas inspirasse as novas gerações de resistência, de lutas, a própria luta contra a vala, a luta contra a lixão isso acaba envolvendo a gente de uma forma muito.. como que se fala... **você se sente muito apropriado pelo lugar. Sabe aquela história de identidade. Sabe quando você fala : aqui é o meu lugar. Eu me sinto muito aqui.** Tanto que independente do grupo eu quero morar aqui.

- Juventude não está plenamente envolvida. Mas aqueles que estão tem um papel importante e expressivo em toda cidade de São Paulo.

O movimento Cultural de Perus é muito inspirado nisso sabe, é um dos movimentos culturais mais efervescentes da cidade então tipo vem tudo quanto tipo de linguagem, teatro, dança, próprio hip hop, cultura popular... música, enfim ... é um movimento muito efervescente e está muito inspirado nos Queixadas mesmo. E a gente acaba sendo também um movimento social, quando a gente se junta no Movimento da Fábrica para fazer, para lutar pela desapropriação, para lutar pela criação do Centro Cultural isso acaba sendo um Movimento Cultural. Então são várias frentes que acabam sendo desde uma frente de rede de saúde de rede de professores, de rede de movimento cultural, que acaba que se junta pelo Movimento pela Fábrica. **E acaba que se tornou não só o Movimento da Fábrica mas o movimento de melhorias no nosso bairro.** Por exemplo, como o novo plano Diretor foi transformada aqui a região né? Em um novo eixo de transformação da cidade, então começou a haver um novo tipo de especulação imobiliária para cá, a própria vinda do Ceagesp. **Então a gente acaba tendo que bater de frente para alguns projetos que a gente sabe que vai impactar no bairro e se não for agente articular esse embate essa discussão o poder público não vai fazer.**

4 - Está havendo mudanças no bairro hoje ?

- Antes era proibido construir altos pavimentos mas hoje já não é mais proibido. e tem aprovado diversos empreendimentos. Apesar do impacto visual. Há projeto com 5000 apartamentos.
- Ceagesp já confirmou sua ida para lá.
- A ideia era apresentar o projeto na Fábrica. Porém Abdalla não aprova. Trilhos da memória que passavam por lá só que agora estão fechados
- Hoje Abdalla aluga a Fábrica para fazer treinamento de paintball.
- Nem todas as apresentações do Grupo Pandora falam da Fábrica , mas muitas se volta para ela, porém há temas diversos.

5 - Quais são os problemas do bairro ?

- São os problemas da periferia (transporte , etc.)
- Uma serviços públicos, pessoalmente não é tão afetada.

6- O Pandora tem algum projeto específico para a Fábrica ?

- O Pandora não tem um projeto específico para a Fábrica mas o Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus Pirapora têm [transformar a Fábrica em Centro Cultural]
- Abdalla quer construir um shopping cultural (mais comércio) e não um centro cultural.

7 - Como o Movimento está agindo hoje ?

- Atualmente o Movimento tem se voltado para o TICP
- Estão voltando para o TICP do que pela questão da reapropriação. Pois o TICP aparece como algo mais palpável.
- Geralmente não é as ações não são atos mas a pressão, incidência política maior [questão legais]

8 - Quais são as dificuldades para o avanço do teatro e quais as formas de divulgação?

- Própria linguagem em si já carrega a ideia de que é algo elitizado.
- Se trata de trabalhar com a formação de público e mostra que é algo acessível.
- Panfletos, cartaz, jornal, online, parcerias com as escolas

9 -Quais são expectativas futuras sobre o Teatro e sobre a Fábrica ?

- Teatro está se firmando como polo. Está atingindo pessoas (a peça da vala tem ajudado nisto).
- Em relação a reapropriação da Fábrica ela não tem uma visão otimista. Mesmo que seja desapropriado ainda tem a questão financeira que depende da vontade política.
- **A luta dos Queixadas transborda a Fábrica - Centro são coletivos que retomam continuamente história da fábrica**

Em relação a Fábrica, eu particularmente não tenho uma visão de desapropriação, de criação de Centro Cultural, etc. Até por que eu acho que se fosse criado, decretado utilidade pública, teria que ter muita vontade política, muito dinheiro para investir na reforma, algumas pessoas acham que não que isto não é problema que até umas empresas canadenses que se interessam em fazer a revitalização e tal mas eu não sei.

E tem uma coisa que eu acho que a luta dos Queixadas e luta pela Fábrica como Centro Cultural ela **transbordou a arquitetura da Fábrica**, ela transbordou o prédio, então **hoje atualmente em Perus a gente já tem um Centro Cultural de Memória do Trabalhador, que é formado por esses diversos coletivos que são essas atividades culturais que estão o tempo todo retomando esta história** e fora isso centro de documentação que tá sendo criado na biblioteca que é uma biblioteca pública de Perus, que se incubiu de fazer uma guarda de todo o material que se tem estudado da fábrica de cimento. Se não rolar o Museu a gente já tá **fazendo aqui que essa história se repasse e** não deixe ela morrer.

10 - Como você vê a questão cultural hoje em Perus ? Te muito acesso a cultura ?

Tem muito [acesso a cultura] baseado na produção independente porque

enquanto espaços culturais públicos a gente tem o CEU. Que tem algum tipo de atividade cultural e uma biblioteca ... só. Então, a gente não tem nenhum teatro, cinema, então acaba que **os próprios coletivos vão tendo que se virar e estar suprindo uma demanda de cultura no bairro.** Tem aqui, o espaço da Ocupação Artística, tem o espaço do Hip Hop, que também é uma ocupação que foi feito com a gente na mesma época e a Comunidade Cultural Quilombaque... Mas precisaria ter mais espaços.

- Hoje o acesso a cultura em Perus está baseado na produção independente.
- Quanto os espaços são o céu e a biblioteca. Coletivos são esta expressão. Tem o SP Cine que começou agora.

Entrevista com Jéssica

Entrevista - Jéssica

Jéssica AParecida Moreira André

26 anos, nasceu em um hospital em Caieiras mas sempre viveu em Perus

Jornalista

1 - Como surgiu a relação com a Fábrica ?

- Inicialmente ela explica sua história de vida para poder contextualizar com a história da Fábrica.
- Mesmo morando em Perus ela estuda o ensino fundamental em Caieiras e o Ensino Médio na Lapa. Ela cresce com a ideia de que Perus é um local ruim pra se viver, tendo inclusive vergonha de dizer que morava em Perus.
- Ao acabar o Ensino Médio ela não passa direto na faculdade. A partir deste momento ela se volta para o bairro. Pois ela tinha que preencher o espaço vazio de tempo pois até então fazia o ensino médio em tempo integral.
- Neste momento ela começa a fazer várias coisas dentro do bairro. Ela passa a fazer um cursinho que ficava ex-sede do sindicato, faz teatro debaixo do viaduto, atividades no Quilombaque. (Ela antes não sabia que o Quilombaque ficava na sua rua). Depois de um tempo ingressa na universidade no curso de jornalismo atrações do Prouni
- Durante a faculdade entra em um curso de **comunicação comunitária** que ficava na Vila Madalena (Essa é a comunicação que valoriza a esfera do hiperlocal [rua,bairro] tendo uma importância para as pessoas daquele local)
- Assim, ela se considera uma jornalista que já nasce como uma jornalista de comunicação comunitária. Uma comunicação que serve para servir as pessoas que são negligenciadas pela grande mídia.
- Até que surge a oportunidade oferecida pelo jornalista da BBC em fazer um projeto de comunicação comunitária que privilegiasse jovens do curso de jornalismo que morassem na periferia sendo ou alunos de faculdade públicas ou bolsistas do Prouni. A partir daí ela começa a fazer reportagens sobre o bairro. Com o tempo este jornalista volta pra Londres mas uma jornalista da Folha se interessa pelo projeto e dá andamento a ele.(ressalta os excluídos). **Ela começa a ser correspondente no bairro de Perus e ali começa a sua militância.** O jornalismo a leva para militância.
- Ela começa a produzir várias matérias e passa a ser uma “amplificadora de vozes” dos moradores. Ganhando confiança e articulando diferentes frentes
- Por 6 meses assessora o Quilombaque.
- Em 2012 ocorre o 1º ato Caramanchão e se faz o Blog Mural.
- O Blog Mural existe até hoje com nome de Agência Mural de Jornalismo da Periferia (está na Folha de SP com apoio da BBC). Até hoje ela escreveu para Perus para a Folha.
- Uma amiga da faculdade chamada Larissa Golemam ajuda bastante
- Ocorre o Ato Artístico em Perus que é quando ela entra na Fábrica pela primeira vez.
- Ela encerra o TCC e este vira livro. O livro foi momento chave - conhecia as pessoas, o bairro, tinha a pesquisa, fábrica (ganhou mais confiança)

- Entra como articuladora que tem confiança. Uma espécie de liderança. **Liderança - porém não quem comanda os outros mas alguém que fala dos outros em outros lugares**

Eu não me considero uma liderança no bairro. Mas eu me considero uma pessoa que articula gente e que as pessoas confiam em mim. Aí isso pode estar no lugar de liderança, mas você percebe que um outro estilo de liderança. Você percebe que não é mais aquela liderança tipo “Sou presidente de algo” ou “Sou a pessoa que fala em nome desse coletivo” Então o meu objetivo não é exatamente que eu fale em nome deles mas que várias outras pessoas falem e que eu consiga levar a luta de Perus para outros lugares... do mundo.

- Ela fez um blog
- 2013/2014 foi um período de fervor. Nesta época também se estabelece o governo Haddad.
- 2012 -Euller Sandeviller na FAU enriquece o movimento. Se fazia parceiros e fazia uma reunião por semana. Ocorre o 1º ato Caramanchão.
- Ela faz assessoria para Perus principalmente neste período. O bairro começa a ganhar muito espaço. Inclusive na grande mídia. Novo faz ato
- TICP (2014) foi o grande diferencial. Movimento organizado em frentes:
 - A) comunicação
 - B) mobilização
 - C) incidência política
- Foi um momento de muita esperança
- Porém, ela vai para o intercâmbio e interrompe sua trajetória.
- O movimento é feito de muitos desafios. Mas ele consegue se unir em objetivo comum.

Um movimento é feito de muitos desafios. Um **movimento horizontal** é uma das coisas mais difíceis de se fazer , que eu sinto na minha vida . Exige muita paciência, perseverança individual e mesmo dentro do movimento nem todo mundo tem o mesmo objetivo tem muita disputa. Isso não é novidade, você pode perguntar para qualquer pessoa. Tem disputas de narrativas, de interesses. Isso não é diferente no movimento da Fábrica mas a gente mantém a unidade, a gente mantém o **objetivo principal que é objetivo de disseminar a história da Fábrica de Cimento e também de incidir o poder público sobre o nosso território.**

Em 2016 ela se afasta por motivos pessoais também têm a conjuntura do impeachment da Dilma. Além disso tudo estava muito travado por causa das eleições municipais. O próprio movimento passa a ser voltar para outras questões (redirecionamento). [Ou seja, tem toda uma gama de questões dadas pela conjuntura que se encontra]

2 - Como está atualmente a questão da comunicação ?

- O trabalho de assessoria de imprensa é grande
- Hoje deve ter mais de 3000 seguidores
- Assessoria também entrega panfleto pois muitos moradores não acesso a internet. Campanhas de hashtag, oficinas, linhas de transmissão. Esse ano vão se falar sobre o

território não apenas sobre a Fábrica.
“Nós mulheres da Periferia” (também comunicação comunitária).

- A ideia dela é levar a história para todo o bairro

4 - Qual é sua utopia para Perus ?

- Que Perus se torne conhecido por todo o mundo. Um turismo revertido para população local.
- **Que haja valorização do turismo (patrimônios, Maria Fumaça, Firmeza Permanente) e isso seja revertido para a população.**
- **Mas o desejo interno é que nenhuma criança tenha vergonha de ter nascido em Perus assim como eu tive um dia**

A minha grande utopia é que Perus se torne conhecido.... em todo mundo. Como primeiro... **eu quero que Perus seja um grande polo de turismo e que esse turismo ele seja revestido para população local.** Eu quero que Perus seja reconhecido como um lugar muito importante para a história do Brasil. E de fato ele o é. Todos os lugares são. Mas eu quero muito que a população de Perus reconheçam isso. [...] [cita Maria Fumaça, fala da vala, fala do conceito de Ghandi e da Firmeza Permanente]

Isso tem haver com o desejo institucional. Mas o meu desejo interno, e aí isso tem haver com minha história , que nenhuma criança ou adolescente de Perus sinta vergonha de ter nascido nesse espaço geográfico. Esse é meu grande sonho e meus esforços têm sido empreendidos para isso. Para que eu possa contar essa história. **Que a gente possa existir enquanto periféricos e periféricas peruanes.**

5 - Como os jovens se enxergam em relação a Perus ?

- Melhorou o entendimento da fábrica sobretudo através do trabalho em escolas. Os jovens do bairro não tem lazer. Eles não tem com o que se ocupar. Para terem lazer devem viajar a grandes distâncias.
- Questão da criminalidade e a omissão do Estado. Tem poucas opções de lazer, por isto, eles deve ocupar o espaço. Hoje se tem a juventude pensando coisas daí - Hip Hop, Pandora.

Em relação a história da fábrica de Cimento eu sinto que as pessoas já conseguem entender bem a importância, muito mais que na minha geração, eu sinto que as **escolas** tem tem se muito esforçado em repassar tudo isto. **Os jovens de Perus ainda não tem muitos espaços de lazer,** né ? A gente de um déficit muito grande disso, os jovem de Perus, ou tem que se ocupar criativamente, fazendo suas ocupações na praças, fazendo seus fluxos.. de funk seja lá o que for, porque não existe espaço de lazer. Então o jovem de Perus tem que caminhar muito longe para conseguir ter lazer. Isto é muito ruim. Pois é muito importante para o jovem crescer com isso e ter muitas opções. Porque depois quando amplia-se isso, ampliam-se qualquer coisa que considera-se negativa como criminalidade não sei o que.. recai muito sobre o jovem , mas na verdade existe uma

omissão muito grande do Estado, ainda existe uma omissão muito grande do Estado ao jovens da periferia de uma maneira geral. E em perus em posso falar sobre isso sobre a falta de espaços de lazer, para o jovem se divertir para o jovem ser jovem . né ?

Por isso os jovens se concentram muito nas praças do bairro na estação. Mas também tem um juventude super pensando... criando peças de teatro toda a semana , tem a juventude lá na Ocupação Hip Hop, quem faz parte da Quilombaque, tem uma juventude pensado coisas, é que muito complexo a gente tem que falar de juventudes. Não tem como falar de “juventude”.

6 - Como você vê o bairro em sua condições periféricas ?

- O desejo de Centro de memória que lembre do trabalhador , também tem a questão da Universidade. Há espaços culturais que forma criados pela própria comunidade (Ocupações, Quilombaque)
- Só existe o CEU e a biblioteca. Não tem um cada de cultura oferecida pelo Estado.
- **Não existe um espaço institucional oferecido pelo Estado que promova cultura. Há também deficit de saúde, educação e transporte além de cultura..**

O nosso desejo para a Fábrica de Cultura é que ela se torne um Centro de Cultura Memória e lazer do Trabalhador. Então para gente lembrar da histórias, desse Centro de Lazer e também para ter uma universidade livre e colaborativa. Porque hoje a gente não tem. Porque hoje em Perus só existem espaços culturais que foram criados pela própria comunidade, que são: a Comunidade Cultural Quilombaque que ela é independente é criada pela população, a juventude. E as duas ocupações que as duas também foram feitas pela Comunidade . A ocupação do Hip Hop e a Ocupação artística Canhoba que é a Ocupação do Teatro. Então esses três lugares são os três principais ponto de cultura do nosso bairro. O que você tem além disso do poder público apenas e a biblioteca municipal e o CEU educacional. Então você não tem uma casa de cultura por exemplo no bairro de Perus, do Estado. O que eu quero enfatizar não é que não existe cultura é que sim existe muita cultura no bairro de Perus mas não existe espaço institucionais que oferecem cultura. Quem oferece cultura no bairro hoje é a própria comunidade. Então você tem um déficit de cultura. Nao de cultura das pessoas mas de cultura do Estado , você tem um deficit de saúde e déficit de educação. E o transporte, né? [...] Como pensar em ocupar o espaço da cidade se você não pode se locomover.

Entrevista do Quilombaque

José Queiroz (Soró)

Nasce em 1964 no Mato Grosso

1- Da onde veio a sua relação com Perus ?

- Sua família chega a São Paulo como migrantes.
- A sua condição “mexia” com ele. Já na escola era migrante e mais velho que os outros alunos.
- Por um fato do destino conhece um grupo jovem católico que discutia questões políticas sobretudo pela via da Comindade Eclesiais de Base. Ali ele teve a oportunidade de fazer uma leitura política mais sistêmica das coisas. Com pouco passa a ter contato da Teologia da Libertação através da Pastoral da Juventude. Começa a ingressar em partidos políticos.
- Então passa a ter a compreensão da luta pela sobrevivência como uma questão sistêmica. Compreendendo a questão da organização política e comunicação.
- Havia também grupos de base com ação concreta. Isso se revestia em uma conjuntura marcada pela efervescência, que ganha força na eleição de Erundina. Ele se desilude com o partidarismo.
- Ele passa a trabalhar com crianças e jovens de rua. Ajudar a montar ECA. Isso gera uma grande mudança pois se sai do macro e vai para o microcosmo com uma realidade concreta difícil.
- Na sua opinião é necessário fornecer a população:
 - A) instrumental para se proteger
 - B) ler e compreender sua posição
 - C) agir
- Todo este problema está dentro de uma questão ecossistêmica e uma dinâmica geográfica
- Em 2005 ele sai do Centro de São Paulo e retoma a comunidade.
- Quando volta de São Paulo para Perus, vê uma situação desterritorializada, os jovens vivendo uma **explosão selvagem**. Ele encontra um juventude marcada por uma fome não apenas corporal mas também da mente.

Quando voltei para cá me deparei com uma situação desterritorializada, estéril, tinha as concentrações aqui. mas você percebia que era uma coisa meio.. uma explosão selvagem, primitiva. [...] **É uma fome corporal, mas também uma fome da mente**

- Os grupos antigos haviam se dissolvido, a leitura de realidade meio derrotada
- E se por um lado havia pessoas desanimadas ali por outro lado havia outra juventude bem animada para gerar mudanças. Daí ele aproveitar o fato de ter adquirido experiência de trabalhar com jovens para levantar o pessoal da comunidade, sabendo respeitar o espaço deste jovem

De um lado o povo meio lamento choroso, e as condições, né? E de um lado de cá uma juventude que decide se juntar e agir né. Os “bichos” eram pirados em produzir, eram artistas eram tocadores.

- Daí pensar a arte e cultura como elemento empoderador da linguagem com o sujeito compreendendo o lugar onde ele vive
- Ele passa resgatar a história dos Queixadas. E a partir desta história transformar o bairro em um lugar melhor
- Era preciso estimular a capacidade de sonhar e pensar. Arte e Cultura como um instrumento não objetivo mas um caminho que permite que os jovens compreendam sua própria força

Acho que das muitas coisas que eu fui aprendendo ao longo desses anos e das principais que **é pensar a arte e a cultura como elemento empoderador da linguagem que é o caminho que você tem para restaurar essa força da linguagem**. O sujeito compreender o fenômeno do que ele vive. Pois ele não tem resposta. Ele não consegue nem formular a pergunta.

Então vocês conhece os Queixadas, esse jeito agregario, lutador de defender princípios . Então disse: acho fundamental Perus tem memória, eu conhecia e tal, convivi com vários deles. Era uma convivência que eu já conhecia a muito tempo e que já dava essa importância para essa história. **A gente sempre teve o desejo que essa história, a Fabrica poderiam transformar esse bairro em um lugar melhor**. E ali com eles foi um deleite. É uma comunidade de jovens. Eu falei eu não sou tão jovem, né? Mas eu sei como respeitar o necessário espaço da juventude, trabalhava com adolescente , adolescente delinquentes , então eu quero fazer jus a isso a essas coisas que eu acho que posso contribuir, planejamento. Aqui é um Quilombo, Onde a gente ajunta força , troca conhecimentos.

Eu lembro que eu discutia com eles esse negócio da arte e da cultura. **Eu lembro que eu discutia muito com eles na periferia essa capacidade de sonhar de desejar . São pessoa tão maltratadas que perdem essa sensibilidade ela é perdida**. Você tem que raciocinar pela fome. É sempre a sobrevivência. Então qualquer outra coisa vira meio que supérfluo ainda mais arte e cultura. Mas então é o alimento necessário para que o sujeito possa sobreviver.

- Eles têm que acreditar na condição de saírem da situação em que estão . Deve se discutir o mecanismo reparador. Elevar como capacidade.
- Dá para fazer muitas coisas com essa capacidade - fizeram até leis. O mais legal é que não houve uma intermediação parlamentar. Se afirmar , sem ter intermediário.
- Não se valoriza a cultura, você depende de recursos não só do potencial do projeto. Daí pensar a realidade de forma sistêmica pensando a arte e cultura como instrumento não como finalidade
- Disto há a união de grupos políticos diferentes. Este é o sentido político se juntar

Era muito limitado se você ficasse no movimento cultural do ponto de

vista da possibilidade de recursos. Nem a esquerda nem e muito menos a direita valorizam a cultura, o investimento é sempre precário, aquela coisa. Então você tentar fazer arte e cultura na periferia, mas depender destes recursos você tá na mão. Então a compreensão é que a Quilombaque precisava pensar uma realidade mais sistêmica, maior, e assim sim gerar uma capacidade de um modo mais geral e sistêmico. **Então, a arte e cultura apesar da gente respeitar a sua capacidade necessária sabe que ela é um instrumento é não a finalidade. A finalidade é interferir na dinâmica como a cidade e vivida é gestada, como os poderes, as lutas, no território, essa luta tem ganhado cada vez mais adeptos na periferia.** [...] Não faz sentido cada um com suas forças lutando em pequenos espaços. O sentido da força política é se junta. No lutamos por tudo. Compreende todas as questões necessária para tecer um território onde todas as pessoas possam viver.

- Quilombaque inicia em 2005. Ele promove diálogo entre brancos e negros entre o acadêmico e o ancestral juntando forças
- Há um movimento mais enérgico que afirma: “se tiver fazemos se não tiver fazemos do mesmo jeito” marcado por sempre ser juvenil, ou seja, carregar renovação
- Cultura como algo que empodera. Antes era um oficinismo. Não existia uma construção lógica, um circuito de possibilidades.
- **Tem que pensar também como a Arte e a Cultura gerando renda e dando um perspectiva para o sujeito. Deve haver mecanismos de sustentação - daí oferecimento de monitorias. Porém o que se tem visto são cortes na mudança de gestão [questão financeira]**

Eles entendiam a cultura como uma coisa empodera e amplia, mas tinha isso só como exercício, era um oficinismo “de cabo rabo”. Botava oficina de arte em tudo quanto coisa. Então quando você levantava a molecada se levantava. Então você percebe que são oficinas mas que não tem nenhuma construção lógica que permita que o sujeito possa perceber esse trilha em mente. Então para sair daqui e chegar aqui é um longo caminho. Então, das coisas que a gente foi construindo é um longo caminho. **A lógica é essa : da arte e da cultura ser de fato uma possibilidade de geração de arte e renda mas você precisa garantir exercícios de possibilidade se não se fica aqui, e daqui a pouco não tem renda, não tem trabalho,** então através da ajuda prefeitura a gente procurou construir condições jovem monitor, jovem comunitário. Vários caminhos que você pudesse construir mas você ter projetos e consegui construir uma trama interessante no caminho.

- De certa forma, a cultura também se submete a esta lógica mercadológica de editais e seleções. Onde se deve entender como funcionam estas lógicas. Por exemplo, hoje se investe em atividades.
- Diferentes grupos passam a fazer coletivamente. A partir disto se tem projetos com geração de renda (curso, trilha, formações)
- **Pois tem que de alguma forma manter os atores da periferia para que estes possam se dedicar ao fazer artístico integralmente**

- Tem que se criar relações, parcerias. Sozinho é muito difícil
- Tem que criar ramificações e relações pois permitem os grupos serem mais autônomos

A gente exercitou isso de montar infraestrutura que servisse a todos. Era mais inteligente fazer dessa maneira que cada grupo ficar apanhando. Esse aprendizado de fazer coletivamente, hoje muita gente domina essa capacidade de fazer projetos, a distribuição econômica acontece desse modo, Ministério da Cultura faz isso, Estado e a gente faz isso também. **Investe na geração de renda. Hoje a gente trabalha com cursos, com trilhas, com formação.** Não na quantidade que a gente gostaria que fosse mas para isso gera recursos para a própria comunidade e gera renda para esse jovens essa lideranças, etc. Esse é o desafio, né? Vivemos no limiar da fome. Então, você corre riscos para manter empregos, ainda mais na arte e cultura é uma coisa muito sazonal, então um desafio: **se você quer esses atores e artistas como liderança educacionais na periferia você tem que dar um jeito de mantê-lo aqui se não o trabalho dele quebra, então a prioridade da geração de renda é isso: no sentido de tentar preservar e manter essas pessoas aqui dedicando tempo a atividade para um fazer artístico cultural que seja mais longo, mais perene, se não, não produz efeito.** É claro você tem um efeito quando você assiste uma peça. Mas isso como método educativo demora um tempo, então você precisa conservar trabalhos mais contínuos, ações contínuas. Então para isso hoje a gente tenta ter recursos de outras maneira.. Hoje tem muitas universidade interessadas nessas formações que a gente faz de território. Ao mesmo tempo que você fortalece essa ação aqui, essa coisa toda você intermédia renda e faz articulação e parcerias. Então você vai criando uma relação além do universo cultural muito grande.

2 - Tem muitas pessoas fixas que trabalham aqui ?

- Tem 10 pessoas fixas e 20 pessoas mais conectadas que são de outras redes.
- Mas tem grupos que nasceram aqui ou estão conectados com aqui.
- O desafio é :como fazer as pessoas valorizarem o seu patrimônio. Você tem que gerar processos educacionais das quais as pessoas possam se envolver com isto

O desafio é como que faz a pessoas comum valorizarem os seus patrimônios: Fábrica, Parque. Tem o maior Parque da cidade e o seu nível de uso dele pelos moradores é baixíssimo, e também essa coisa da destrutividade. **Então a gente tem que gerar um processo educacional que a pessoas se relacionem com isso** e aí as pessoas se tornam mais defensivas e as trilhas, é para você ter a possibilidade de você ter essa estimulação e ela criar essa estimulação com tempo que é você entre o território. E determinada circunstâncias dele permite que você estude os 500 anos de Brasil, São Paulo, questão indígena, questão da industrialização então a gente pensou **nessa trilhas que trazem essas questões e que ao mesmo tempo é isso que conecta esse lugares que a gente chama de pólos dinamizadores de memória.**

- Várias questões são levantadas e conectadas pelo dinamizador necessário
- Tem as trilhas de Aprendizagem:
 - 1 - Ditadura Nunca mais
 - 2 - Memória Queixada
 - 3 - Reapropriação (ocupação canhoba, biblioteca, hip hop, quilombaque); Praça Inácio Dias
 - Lugar de Encontro [conta como foi]
 - 4 - Direitos Humanos

Eixo de articulação mais que atividades de aprendizagem.

- Fortalece a crença o lugar em algo que vai se retroalimentando
- Existe sim um poder de enfrentamento político, sim dá para fazer
- A memória consegue conectar essas pessoas através de um sentimento de pertencimento que é gerado?

3 - Por que o crime se sustenta ?

- Oferece mais oportunidades
- Há projeto de 3 eixos
- Desenvolvimento Cultural (técnica, atividade)
 - Institucional (gestão de renda)
 - Social (gerar renda)
- E tem se pensado em novos projetos como Agência de Desenvolvimento, Hospedaria Compartilhada, Banco do Bairro.
- Estimulando formas econômicas Mecanismo alternativo para desenvolvimento.
- Com a cultura os recursos ficam ali. Uma quantidade de renda que estrutura os fluxos

Hip Hop - (arte, cultura) break, grafitti

4 - Qual a importância do Quilombaque para Perus ?

- Ele tem uma capacidade de chegar na juventude que é essencial. Porém muitos jovens estão ilhados. Não foram alcançados e estão bem mais próximo do crime.
- Muitos serviços (CREAS) que não ajudam em nada.
- Hoje temos a possibilidade de inovar , como por exemplo, lançar um edital onde grafiteiro seja uma profissão. Porém, há instituições que estimulam emprego para um mercado que não contrata.
- Como há um sistema criminal estruturado que parece como melhor oportunidade para muitos destes jovens
- Não existem recursos para todos e o que existe geralmente é mal gasto
- Tem que haver um acúmulo de portfólio para mostrar que pode lidar com muito dinheiro